



República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Rectificativo

2017

Panorama Orçamental

Livro 1

“Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação”



República Democrática de Timor-Leste
Ministério do Plano e Finanças
Gabinete do Ministro



Livro 1 - Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Retificativo para 2017 no seguimento da aprovação do Conselho de Ministro.

A documentação referente ao Orçamento Retificativo para 2017 consiste na Lei do Orçamento, Livro 1, e Livro 3A. O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental retificativo do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com a base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Diretor Nacional da Política Económica, através do correio electrónico epmartins@mof.gov.tl ou do telephone +670 7400 2019 e ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico syaquim@mof.gov.tl ou do telephone +670 74002017.

Acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento Rectificativo para 2017.



Rui Augusto Gomes
Ministro do Plano e Finanças

Orçamento Retificativo de 2017: Livro 1

Índice

2.1:	Sumário Executivo	3
2.2:	Panorama Económico	4
2.2.1:	Economia Internacional	4
2.2.2:	Economia Doméstica	7
2.3:	Despesa	10
2.3.1:	Justificação para o Orçamento Retificativo	10
2.3.2:	Alterações à Estrutura de Governo	11
2.3.3:	Alterações à Despesa do Governo.....	13
2.4:	Receitas e Investimento.....	17
2.4.1:	Panorama das Receitas Domésticas	17
2.4.2:	Receitas Domésticas	17
2.4.3:	Receitas Petrolíferas e o Fundo Petrolífero	18
2.4.4:	Saldo do Fundo Petrolífero, Riqueza Petrolífera e cálculo do RSE.....	20
2.5:	Financiamento.....	21

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento Retificativo de 2017

2.1: Sumário Executivo

O VII Governo Constitucional de Timor-Leste está empenhado em continuar o crescimento económico sustentável e de alta qualidade, a reduzir a pobreza e a assegurar a prestação de serviços eficazes e efetivos a todos os cidadãos.

Para isso, o Governo propõe-se implementar um novo modelo de desenvolvimento que optimize o investimento no capital humano bem como nas infra-estruturas económicas e sociais e promova o aperfeiçoamento das instituições, ao mesmo tempo que salvaguarda a sustentabilidade das finanças públicas. Estarão, assim, garantidas as condições essenciais para um crescimento acelerado e sustentável da economia em benefício da prosperidade do povo timorense.

A presente proposta de alteração do Orçamento visa criar condições para a regularização de situações do passado, o pagamento por compromissos assumidos pela governação anterior e permitir a realização de despesas, absolutamente, indispensáveis à garantia da continuidade de serviços públicos essenciais à economia e aos cidadãos. Permite ainda efetuar ajustamentos nas dotações orçamentais, decorrentes da alteração da estrutura do Governo, e que, pela sua dimensão, requerem autorização do órgão legislativo.

A nova estrutura do Governo é financiada através de poupanças a partir de ajustes à estrutura anterior de modo a obter maior eficiência. Três dos principais elementos desta nova estrutura de Governo são:

- **A criação de Ministérios de Estado em três áreas fundamentais: Saúde, Recursos Minerais e Agricultura e Pescas.** Isto irá melhorar a coordenação e a eficiência dentro destes setores que são vitais para o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, uma vez que promovem o crescimento económico e que aliviam a pobreza.
- **A criação do Ministério de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional,** reforçando ainda mais a segurança interna de Timor-Leste e fortalecendo as ligações do país à comunidade global em geral.
- **A criação do Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional,** o qual será responsável por otimizar e melhorar a eficiência dos diversos programas de desenvolvimento de Timor-Leste.

A Tabela 2.1.1 apresenta a situação fiscal para o Orçamento Retificativo de 2017. Este Orçamento Retificativo aumenta o nível global de despesa para 1.609,8 milhões de dólares, valor este superior aos 1.386,8 milhões contidos no Orçamento de Estado inicial para 2017. A

secção sobre despesas no presente Livro do Orçamento Retificativo contém detalhes sobre as funções e finanças de todos os novos ministérios e unidades. Contém igualmente uma lista completa de todas as secretarias de estado, unidades e ministério que foram dissolvidos, fundidos ou sujeitos a outras alterações significativas.

Embora tenham sido conseguidas algumas poupanças com a dissolução de entidades e a realocação de alguns recursos que não tinham sido gastos, será necessário financiamento adicional para o Orçamento Retificativo de 2017, nomeadamente para: (i) cobrir custos adicionais e inesperados que surgiram em 2017 e garantir a continuação da provisão de serviços governamentais essenciais; (ii) liquidar as dívidas e obrigações contratuais do Governo que se vêm a acumular ao longo dos últimos anos. Estes custos adicionais foram financiados através de alguns reajustes estruturais e orçamentais no seio do governo, assim como através de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero.

Tabela 2.1.1: Tabela Fiscal com Itens de Memorando (em milhões de dólares)

	Orçamento inicial para 2017	Orçamento Retificativo de 2017
Total da Despesa por Categorias de Dotação (inc. empréstimos)	1.386,8	1.609,8
Total da Despesa por Categorias de Dotação (exc. empréstimos)	1.285,0	1.508,0
<i>Correntes</i>	<i>1.025,7</i>	<i>1.101,5</i>
Salários e Vencimentos	209,7	216,3
Bens e Serviços (inc. FDCH)	395,0	463,8
Transferências Públicas	421,0	421,4
<i>Capital</i>	<i>361,1</i>	<i>508,4</i>
Capital Menor	12,1	12,6
Capital e Desenvolvimento (inc. Infraestruturas e Empréstimos)	349,0	495,8
Receitas Domésticas	206,2	206,2
Saldo Fiscal Não Petrolífero	-1.180,6	-1.403,6
Financiamento	1.180,6	1.403,6
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	481,6	481,6
Levantamentos Excessivos a partir do FP	597,1	820,2
Uso do Saldo de Caixa	0,0	0,0
Empréstimos	101,8	101,8

Fontes: Direção Nacional do Orçamento, Direção Nacional da Política Económica, Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e das Finanças, Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional 2017

2.2: Panorama Económico

2.2.1: Economia Internacional

2.2.1.1: Tendências no Crescimento Internacional

A projeção do FMI em julho indica que o crescimento global aumentará para 3,5 por cento em 2017 e 3,6 por cento em 2018. O crescimento nas economias avançadas permanecerá abaixo

do alvo, prevendo-se que seja de 2,0 por cento em 2017 e que desacelere para 1,9 por cento em 2018. O aumento no crescimento em 2017 é motivado sobretudo pela política expansionista dos EUA e pela gradual recuperação cíclica na Europa das crises de 2008-09 e 2011-12; a desaceleração em 2018 está ligada a baixo investimento e baixa produtividade. Prevê-se que o crescimento nas economias emergentes e em vias de desenvolvimento aumente de 4,6 por cento em 2017 para 4,8 por cento em 2018. Esta subida sustentada é resultado sobretudo de melhorias no mercado das exportações de matérias-primas, em recuperação das perdas significativas de rendimentos registadas em 2015 e 2016. Não obstante isto, as economias dos mercados emergentes continuam vulneráveis devido a tensões geopolíticas, níveis de dívida elevados e baixa procura por parte das economias avançadas.

Tabela 2.2.1.1.1 Crescimento Económico Real entre 2015 e 2018 (%)

Projeção do FMI relativamente ao crescimento	Estimado		Projetado	
	2015	2016	2017	2018
Produção Mundial	3,4	3,2	3,5	3,6
Economias Avançadas	2,1	1,7	2	1,9
Economias de Mercados Emergentes e em vias de Desenvolvimento	4,3	4,3	4,6	4,8
Ásia Emergente e em vias de Desenvolvimento	6,8	6,4	6,5	6,5

Fonte: Atualização do Panorama Económico Mundial de julho de 2017 (FMI)

2.2.1.2: Tendências nos Preços Internacionais

O FMI prevê que a inflação global vá aumentar em 2017. Está previsto que a inflação nas economias avançadas suba de 0,8% em 2016 para 1,9% em 2017, o que permanece abaixo dos alvos da maior parte dos bancos centrais. Nas economias de mercados emergentes e em vias de desenvolvimento a inflação deverá recuperar após a descida em 2016, atingindo os 4,5% em 2017 e os 4,6% em 2018.

Tabela 2.2.1.2.1: Taxas Regionais de Inflação (%)

Projeção do FMI relativamente à Inflação	Estimado		Projetado	
	2015	2016	2017	2018
Economias Avançadas	0,3	0,8	1,9	1,8
Economias de Mercados Emergentes e em vias de Desenvolvimento	4,7	4,3	4,5	4,6

Fonte: Atualização do Panorama Económico Mundial de julho de 2017 (FMI)

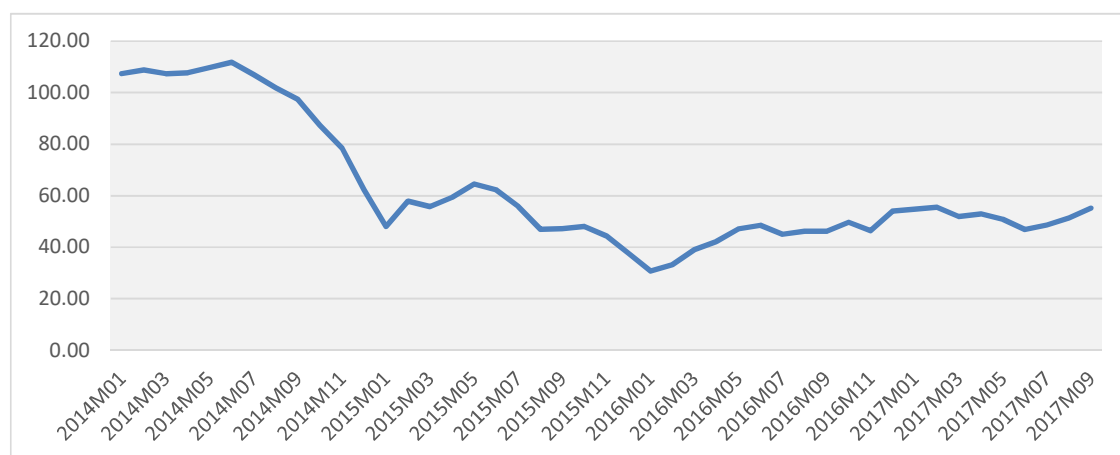
No cômputo geral os preços das matérias-primas globais têm permanecido estáveis desde o início de 2017. Este crescimento deve-se sobretudo à subida nos preços do petróleo de crude durante a primeira metade de 2017. Os preços do arroz e de outros produtos agrícolas caíram durante a primeira metade do ano antes de voltarem a subir por alturas do meio do ano.

Preços do Petróleo

O petróleo e os produtos relacionados com o petróleo são importantes para Timor-Leste de duas formas: a primeira enquanto exportador, visto as exportações de petróleo de crude constituírem a principal fonte de divisas externas; e a segunda enquanto motores da inflação, dado que os produtos refinados importados afetam o custo dos transportes e por conseguinte o custo da maior parte dos restantes bens.

Desde 2014 o preço internacional do petróleo Brent caiu 72%, passando dos 111,80 dólares por barril em junho de 2014 para um mínimo de 30,80 dólares por barril em janeiro de 2016. Este declínio nos preços do petróleo resultou do aumento da oferta global durante um período de baixa procura global. De seguida, porém, o mercado do petróleo começou a recuperar, chegando já aos 52 dólares por barril em 2017. Isto representa um aumento de quase 70% em relação ao ponto mais baixo. Embora permaneça fraca, esta recuperação tem sido conduzida por uma procura global mais robusta, pelo aumento das tensões geopolíticas e por acordos relativamente a restrições à oferta petrolífera. O aumento dos preços das matérias-primas veio dar algum alívio a exportadores destas matérias-primas, para lá de ajudar a elevar a inflação geral e a reduzir as pressões deflacionárias.

Tabela 2.2.1.2.2: Preços do Petróleo Brent (dólares por barril)



Fonte: Dados dos Preços das Matérias-Primas do Banco Mundial, outubro de 2017

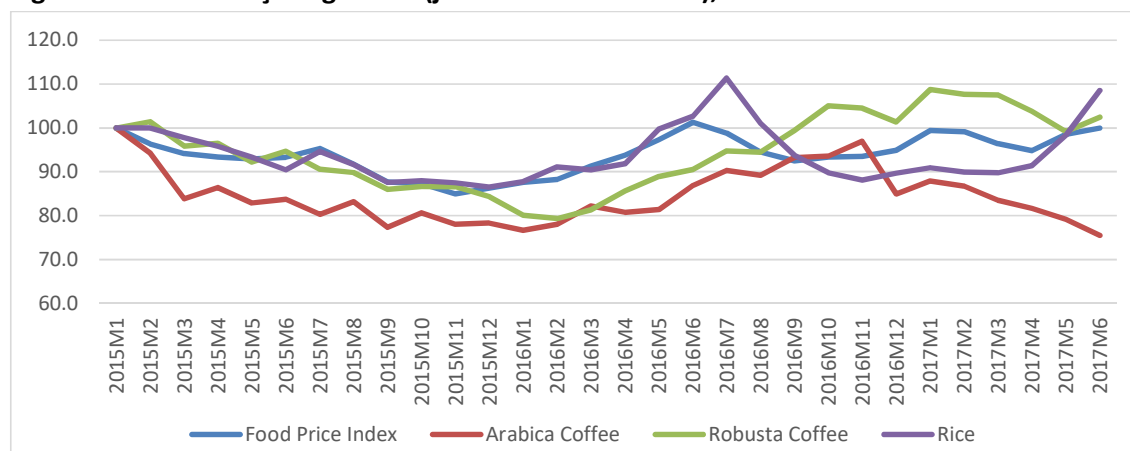
Preços das Matérias-Primas Agrícolas

O preço dos alimentos é muito importante para Timor-Leste, onde a compra de alimentos representa em média 65% da despesa das famílias. Desta forma, alterações nos preços dos alimentos podem ter impactos profundos no bem-estar das famílias. De acordo com o índice internacional dos preços dos alimentos do FMI, após um período de queda entre 2014 e 2015 os preços internacionais dos alimentos começaram a subir a partir de princípios de 2016, aumentando 19% em junho de 2016 comparativamente com o valor mais baixo atingido em novembro de 2015. De seguida os preços passaram por um período de volatilidade antes de estabilizarem até junho de 2017. O aumento do custo da eletricidade e as variações

climatéricas, incluindo preocupações sobre o La Niña, poderão aumentar ainda mais os preços dos alimentos durante o resto do ano.

O preço internacional do café é muito importante para Timor-Leste, uma vez que se trata da principal exportação não-petrolífera do país. A Figura 2.2.1.2.3 mostra que embora o preço do café arábica venha a descer desde novembro de 2016 (22%), o preço do café robusta vem a aumentar desde fevereiro de 2016 (29%).

Figura 2.2.1.2.3: Preços agrícolas (janeiro de 2015 = 100), 2015 a 2017



Fonte: Dados do FMI sobre Preços das Matérias-Primas, Julho de 2017

2.2.2: Economia Doméstica

2.2.2.1: Desempenho Económico Recente de Timor-Leste

O PIB não-petrolífero real tem sido em média de 5% ao longo dos últimos 5 anos. Estas taxas de crescimento fortes têm sido impulsionadas por aumentos na despesa governamental associados com a estratégia temporária de antecipação de despesas que visa garantir que Timor-Leste dispõe das infraestruturas necessárias para permitir o crescimento do setor privado a longo prazo.

A estratégia de antecipação de despesas do Governo utiliza empréstimos e levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero para financiar investimentos de alta qualidade em infraestruturas e desenvolvimento de capital humano. Tal como delineado no Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, estes investimentos de retorno elevado assentarão os alicerces necessários para um desenvolvimento sustentável a longo prazo conduzido pelo setor privado. Estes investimentos estão a estimular o crescimento económico, levando a maiores receitas domésticas e a finanças governamentais mais sustentáveis, o que permitirá reduzir os levantamentos a partir do Fundo Petrolífero até níveis consistentes com o RSE. A política de antecipação de despesas já permitiu ao Governo melhorar significativamente a cobertura rodoviária e elétrica em Timor-Leste, o que por sua vez ajudou a melhorar os níveis de vida e o ambiente empresarial.

Os dados mais recentes sobre o PIB de Timor-Leste datam de 2015, altura em que o PIB não-petrolífero aumentou 4,0% utilizando a abordagem PIB(D). O PIB total aumentou 20,9% em termos reais em 2015. Dado o nível de emprego relativamente reduzido no setor petrolífero, o PIB total não é a melhor forma de medir o desempenho económico em Timor-Leste. Será mais útil monitorizar o desempenho económico utilizando o PIB não-petrolífero e uma vasta gama de outros indicadores relacionados com a economia não-petrolífera. Esta abordagem possibilita uma indicação mais exata do impacto real que as alterações na economia têm sobre o povo de Timor-Leste. O crescimento não-petrolífero foi conseguido através da continuação da política governamental de antecipação de despesas e de aumentos no consumo e no investimento do setor privado – tal como se pode ver na Tabela 2.2.2.1.1.

Tabela 2.2.2.1.1: Componentes do PIB – taxa de crescimento da despesa em 2014 e 2015 (termos constantes)

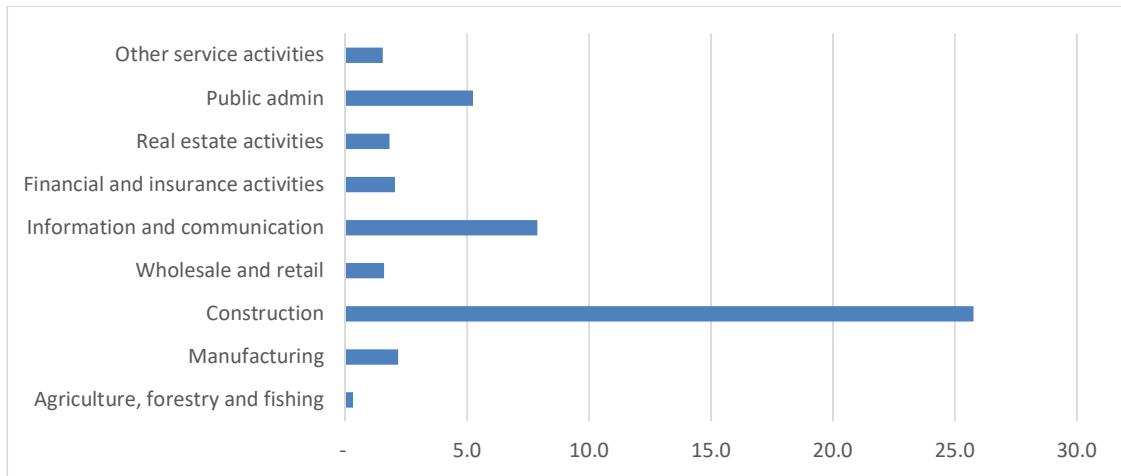
	2014	2015
	(%)	(%)
PIB Não-Petrolífero	4,3	4
Despesa Pública	17,5	3,2
Consumo	24	7,1
Investimento	7,8	-3,6
Parceiros de Desenvolvimento	4,1	-16,6
Consumo	3,7	-15,5
Investimento	6	-21,6
Setor Privado	5,5	3,9
Consumo	6,2	4
Investimento	-0,3	3,3
Exportações	-20,1	-5,3
Bens	-41,4	133,4
Serviços	-12,1	-39,9
Importações	18,3	-4,8
Bens	8,1	11,6
Serviços	27,9	-17,8

Fonte: Direção de Estatística, Ministério do Plano e Finanças, 2017

Desempenho Setorial

Em 2015 o desempenho através dos principais setores da economia timorense foi estável ou exibiu sinais de crescimento. Tal como se pode ver no gráfico seguinte o setor da construção civil registou o maior crescimento (25,8%), sustentado por um aumento na construção pública. A indústria das informações e comunicações cresceu também 7,9%, em resultado do seu maior estabelecimento em Timor-Leste.

Figura 2.2.2.1.2: Taxas de crescimento não-petrolífero real por indústria em 2015 (em %, termos constantes)



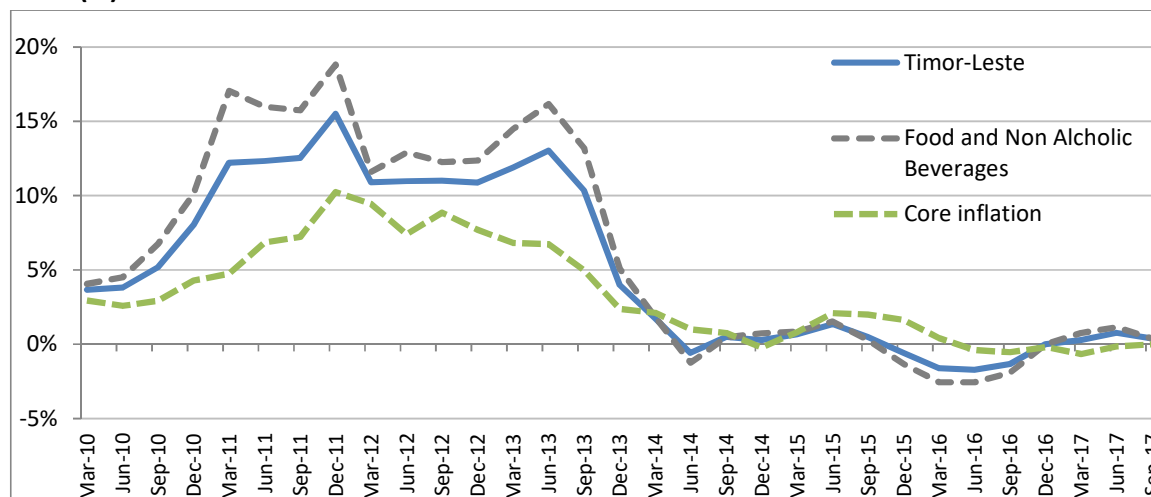
Fonte: Direção de Estatística, Ministério do Plano e Finanças, 2017

Inflação

Ao longo dos últimos anos a inflação em Timor-Leste tem registado uma flutuação considerável. Após um período longo de inflação de dois dígitos entre março de 2011 e setembro de 2013 registou-se uma queda muito acentuada, com a inflação a cair abaixo do alvo governamental de 4% a 6% em janeiro de 2014. Até novembro de 2015 Timor-Leste passou por um período de deflação, em resultado da queda dos preços internacionais do petróleo e dos alimentos. Em 2016 a inflação anual homóloga em Timor-Leste foi negativa, com valores médios de -1,3% ao longo do ano. Este episódio de deflação chegou ao fim em dezembro de 2016, com inflação zero. Desde então a inflação mensal homóloga tem sido consistentemente positiva, com o valor mais recente (setembro de 2017) a ser de 0,4%. Esta saída do cenário de deflação resulta em grande medida da subida dos preços internacionais dos alimentos. As famílias timorenses gastam cerca de 65% dos seus rendimentos com alimentos e bebidas não alcoólicas, pelo que as alterações de preços neste grupo têm um impacto significativo sobre a taxa global de inflação.

Embora a inflação se situe abaixo dos 4% a 6% previstos por Timor-Leste, os preços mais baixos são consistentes com a estratégia de redução de pobreza do Governo, dando aos consumidores e empresas timorenses mais poder de compra em face do regime de taxa cambial fixa.

Figura 2.2.2.1.3: Alteração no Índice de Preços ao Consumidor em Timor-Leste entre 2010 e 2017 (%)



Fontes: Direção Nacional de Política Económica e Direção Nacional de Estatística, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.2.2.2: Emprego

O índice da Atividade Empresarial (IAE) de 2015 mostra que em 2015 as empresas timorenses empregavam formalmente 63.300 pessoas. Isto representava um aumento de 3,4% relativamente a 2014. O setor da construção civil é o maior empregador, sendo responsável por 34% de todo o emprego no setor formal. A segunda maior indústria individual foi o comércio grossista e retalhista, contribuindo com 28% do emprego no setor formal. A maior parte das pessoas empregadas em Timor-Leste trabalha em empresas a operar em Díli (82%), com o rendimento anual médio em 2015 a ser de 2.500 dólares por empregado.

2.3: Despesa

2.3.1: Justificação para o Orçamento Retificativo

O VII Governo Constitucional de Timor-Leste está empenhado em concretizar os objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento e em providenciar um programa de alta qualidade e com uma boa relação qualidade-preço para o povo de Timor-Leste.

Para isso, o Governo propõe-se implementar um novo modelo de desenvolvimento que optimize o investimento no capital humano bem com nas infra-estruturas económicas e sociais e promova o aperfeiçoamento das instituições, ao mesmo tempo que salvaguarda a sustentabilidade das finanças públicas. Estarão, assim, garantidas as condições essenciais para um crescimento acelerado e sustentável da economia em benefício da prosperidade do povo timorense.

No entanto, o atual Governo, empossado há pouco menos de dois meses, vê-se confrontado com várias situações em que as disponibilidades orçamentais existentes não permitem ao Estado efetuar pagamentos por compromissos já assumidos ou realizar despesas absolutamente necessárias à garantia da continuidade da disponibilização de serviços essenciais ao bom funcionamento da economia e à prestação de serviços aos cidadãos. Há ainda casos de retroactivos de salários a serem pagos, de dívidas por serviços prestados e de dívidas a empreiteiros.

Não obstante o esforço empreendido visando a obtenção de poupanças orçamentais, revela-se impossível solucionar as situações existentes no quadro do orçamento em vigor, pelo que apresenta esta proposta de orçamento retificativo. Esta solução é não só recomendada pela boa prática de gestão orçamental, como é imposta pela própria lei.

O Orçamento Retificativo é também uma via para realocar recursos de ministérios, secretarias de estado e unidades dissolvidos para novas entidades ou entidades com áreas de responsabilidade revistas. Para minimizar o custo global da nova estrutura de governo realocaram-se poupanças a partir de entidades dissolvidas para entidades recém-criadas, com base na necessidade para os meses finais do ano. Foram ainda geradas poupanças a partir de Ministérios que se estima não irem gastar todas as suas alocações orçamentais. A secção seguinte apresenta as alocações revistas.

O acréscimo do montante global do orçamento é financiado por levantamentos adicionais do Fundo Petrolífero.

2.3.2: Alterações à Estrutura de Governo

O VII Governo Constitucional de Timor-Leste foi sujeito a várias alterações estruturais com o intuito de reforçar as instituições estatais a fim de melhorar a formulação de políticas públicas e a respetiva implementação através do Governo. As alterações estruturais ao Governo são as seguintes:

- A criação do cargo de **Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional**, assegurando a manutenção da estabilidade, paz e segurança em Timor-Leste e fortalecendo as ligações do país com o mundo em geral.
- A criação do **Ministério de Estado da Agricultura e Pescas** e da **Secretaria de Estado da Agricultura e Pescas**, a qual ajudará o Ministério da Agricultura e Pescas a continuar a desenvolver e melhorar o setor agrícola em todo o país.
- A criação do **Ministério de Estado da Saúde** para ajudar o Ministério da Saúde a providenciar cuidados de saúde de boa qualidade em todo o país.
- A divisão do Ministério do Turismo, Arte e Cultura, com os programas subordinados à Arte e Cultura a transitarem para o Ministério da Educação. Fica-se assim com o A divisão do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, passando a haver o **Ministério**

do Petróleo e o Ministério dos Recursos Minerais. Foi ainda criado um **Ministério de Estado dos Recursos Minerais** para ajudar na coordenação e na implementação efetiva de políticas relacionadas com recursos minerais em Timor-Leste.

- A passagem da unidade de planeamento do Gabinete do Primeiro-Ministro e da Comissão Nacional de Aprovisionamento subordinada ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico para o Ministério das Finanças, formando o **Ministério do Plano e Finanças**. Isto irá melhorar a eficácia e a coordenação a nível de planeamento e orçamentação em todo o Governo.
- A transformação do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente em **Ministério do Comércio e Indústria**, com todos os programas ambientais a transitarem para o **Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional**.
- A dissolução do cargo de Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos, com os seus programas a serem absorvidos pelo **Ministério do Comércio e Indústria**.
- A incorporação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico no **Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional**, à exceção da Comissão Nacional de Aprovisionamento, tal como foi referido anteriormente.
- A fusão do Ministério da Defesa com o Ministério do Interior, formando o **Ministério da Defesa e da Segurança**.
- A criação de dois cargos de Ministro-Adjunto, o **Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos da Governação** e o **Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro para a Delimitação das Fronteiras**, com o objetivo de prestar apoio ao Primeiro-Ministro nestas áreas essenciais.
- A criação da **Secretaria de Estado dos Veteranos** sob a supervisão do Primeiro-Ministro, visando assegurar o bem-estar a longo prazo dos veteranos timorenses.
- A absorção dos programas para a juventude da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto por parte a Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego, criando a **Secretaria de Estado da Juventude e Emprego**. A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto passa agora a ser a **Secretaria de Estado do Desporto e da Promoção da Alta Competição**.
- A mudança de nome da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socioeconómica da Mulher, passando a ser a **Secretaria de Estado da Igualdade do Género e da Inclusão Social**.
- A incorporação da Secretaria de Estado da Comunicação Social na Secretaria de Estado do Conselho de Ministros, criando a **Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e da Comunicação Social**. Os programas da Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional foram igualmente absorvidos por esta nova entidade.
- A dissolução da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, do cargo de Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e do cargo de Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Administrativos, visando assegurar a alocação

eficiente de recursos em todo o Governo. As poupanças conseguidas com a dissolução destas entidades serão utilizadas para custear as prioridades do Governo.

2.3.3: Alterações à Despesa do Governo

A Tabela 2.3.3.1 mostra que as fontes combinadas do Orçamento Retificativo de 2017 totalizam 1.766,4 milhões de dólares. Este valor é constituído por 1.609,8 milhões em despesas governamentais (incluindo 101,8 milhões em projetos financiados por empréstimos) e 156,6 milhões provenientes de parceiros de desenvolvimento.

Tabela 2.3.3.1 Despesa Total por Fundos (em milhões de dólares)

	Orçamento inicial para 2017	Orçamento Retificativo de 2017
Orçamento de Fontes Combinadas	1.543,4	1.766,4
Despesa do Governo por Fundos	1.386,8	1.609,8
FCTL (excl. empréstimos)	1.257,8	1.480,8
FDCH	27,2	27,2
Empréstimos	101,8	101,8
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	156,6	156,6

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério do Plano e Finanças, 2017

A Tabela 2.3.3.2 mostra a alocação orçamental global no Fundo Central de Timor-Leste. Tal como se pode constatar o presente Orçamento Retificativo de 2017 tem um teto de 1.480,8 milhões de dólares, o que constitui um aumento de 17,7% comparativamente ao Orçamento de Estado inicial para 2017. A despesa corrente aumentou 7,6%, passando de 998,5 milhões para 1.074,3 milhões. A despesa com capital aumentou 56,8%, passando de 259,3 milhões para 406,5 milhões. As secções seguintes contêm mais detalhes sobre estas alterações.

Tabela 2.3.3.2 Discriminação da despesa do Governo (em milhões de dólares)

	Orçamento inicial para 2017	Orçamento Retificativo de 2017
Total da Despesa do FCTL	1.257,8	1.480,8
Corrente	998,5	1.074,3
Salários e Vencimentos	209,7	216,3
Bens e Serviços	367,8	436,6
Transferências Públicas	421,0	421,4
Capital	259,3	406,5
Capital Menor	12,1	12,6
Capital e Desenvolvimento	247,2	393,9
<i>FI (excl. empréstimos)</i>	222,6	369,3

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.3.3.1: Custos adicionais da nova estrutura

A maior parte dos ajustes estruturais do novo Governo não requer orçamento adicional para 2017, uma vez que muitas das alterações significam apenas o realinhamento de alocações orçamentais entre ministérios. Uma vez que falta pouco tempo até ao final do ano, estes novos ministérios que não tenham requisitos adicionais de financiamento receberão apenas

o suficiente para cobrir o seu funcionamento básico até ao final do ano. Isto permitirá o pagamento de elementos nomeados a nível político, bem como dos bens e serviços básicos. O Ministério da Saúde, o Ministério dos Recursos Minerais e o Ministério da Agricultura e Pescas receberão os seus orçamentos para Bens e Serviços diretamente a partir dos seus ministérios associados, pelo que não têm alocações adicionais aqui. A Tabela 2.3.3.1.1 mostra as alocações orçamentais adicionais de que necessitam os novos Ministérios e Secretarias de Estado até ao final do ano.

Tabela 2.3.3.1.1 2017 Alocações orçamentais adicionais para novos Ministérios

	SV	BS	Orçamento total
Total	239.298	155.000	394.298
Ministro-Adjunto do PM para os Assuntos da Governação	31.971	35.000	66.971
Ministro-Adjunto do PM para a Delimitação das Fronteiras	31.971	35.000	66.971
Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional	31.971	35.000	66.971
Ministério de Estado da Agricultura e Pescas	31.971	0	31.971
Ministério de Estado da Saúde	31.971	0	31.971
Ministério de Estado dos Recursos Minerais	31.971	0	31.971
Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	24.222	25.000	49.222
Secretaria de Estado da Agricultura e Pescas	23.250	25.000	48.250

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.3.3.2: Alocações orçamentais adicionais

2.3.3.2.1: Despesas correntes

Conforme detalhado acima, os recursos orçamentais disponíveis do Orçamento de Estado original de 2017 não são suficientes para fazer pagamentos necessários para garantir a continuidade da entrega de serviços públicos essenciais. Ao invés de procurar adiar os pagamentos até 2018 o Governo decidiu aumentar o teto do Orçamento Retificativo de 2017. As principais novas medidas a nível de despesas correntes são:

- 26,9 milhões de dólares para Todo o Governo a fim de financiar diversos Serviços Jurídicos, o Fundo de Contrapartida, o projeto de Cimento de Timor-Leste, o Fundo de Contingência e as pensões vitalícias para antigos líderes e antigos titulares de órgãos de soberania.
- 6,9 milhões de dólares para o Ministério da Educação e Cultura a fim de financiar o pagamento retroativo de aumentos salariais a professores promovidos ao longo dos últimos cinco anos.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a fim de cobrir os custos operacionais de diversos consulados e embaixadas no estrangeiro.

- 0,3 milhões de dólares para o Hospital Nacional Guido Valadares a fim de cobrir custos operacionais e garantir que este é capaz de suportar na totalidade as necessidades de Timor-Leste em termos de saúde até ao final de 2017.

2.3.3.2.2: Despesas de capital

Para lá do aumento nas despesas correntes o Orçamento Retificativo aumenta as despesas de capital para 369,3 milhões de dólares (excluindo empréstimos). O Fundo de Infraestruturas solicitou acesso a mais 146,7 milhões para financiar projetos importantes de infraestruturas que estão a avançar mais do que o previsto. No Orçamento para 2017 o Fundo de Infraestruturas tinha acesso a verbas não gastas no Orçamento de Estado para 2016. O Orçamento Retificativo simplesmente autoriza o acesso às verbas para garantir a continuidade na fase de construção de projetos importantes de infraestruturas e para assegurar o desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste. A Tabela 2.3.3.2.2.1 apresenta as novas alocações.

Tabela 2.3.3.2.2.1 Alocações orçamentais do Fundo de Infraestruturas por programa (em milhões de dólares)

	Orçamento inicial para 2017	Orçamento Retificativo de 2017
Total das Infraestruturas (incluindo empréstimos)	324,4	471,1
Total das Infraestruturas (excluindo empréstimos)	222,6	369,3
Agricultura e Pescas	3,2	6,9
Água e Saneamento	5,7	1,1
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,0	10,6
Edifícios Públicos	7,9	6,7
Setor Financeiro	5,0	8,2
Juventude e Desporto	3,1	2,3
Educação	2,4	1,4
Eletricidade	13,4	38,4
Tecnologias de Informação	1,0	2,2
Objetivos de Desenvolvimento do Milénio	1,0	0,8
Saúde	2,0	0,4
Segurança e Defesa	3,8	3,5
Solidariedade Social	0,0	0,1
Projeto Tasi Mane	49,3	70,9
Estradas	84,9	160,6
Manutenção e Reabilitação	9,6	8,1
Pontes	2,8	10,5
Aeroportos	16,4	29,6
Portos	2,0	0,9
Setor do Turismo	1,5	1,7
Preparação, Conceção e Supervisão de Novos Projetos	2,6	4,3

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério do Plano e Finanças, Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional 2017

2.3.3.3: Dívidas e obrigações contratuais

Através do Orçamento Retificativo o VII Governo Constitucional decidiu também saldar várias dívidas e obrigações contratuais acumuladas em anos recentes. Isto deverá permitir ao novo Governo ter um começo limpo, bem como planejar e orçar os anos seguintes de forma mais precisa. A Tabela 2.3.3.3.1 contém detalhes sobre estas despesas.

A despesa total incluída no Orçamento Retificativo de 2017 relativa a dívidas e obrigações contratuais é de 52,9 milhões de dólares. Este valor inclui:

- 37,6 milhões de dólares para o Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional para cumprir a obrigação contratual de comprar combustível e manter os geradores das centrais de Hera e Betano, bem como relativamente a outros programas importantes que visam assegurar o fornecimento de eletricidade ao povo de Timor-Leste.
- 5,8 milhões de dólares para Todo o Governo a fim de permitir pagar o saldo em falta de Libertações Rápidas à Autoridade Aduaneira.
- 5,1 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de pagar tratamentos médicos no estrangeiro e outras despesas necessárias.
- 2,0 milhões de dólares para Todo o Governo a fim de contribuir para algumas das contas por pagar da Timor Telecom relacionadas com serviços de telecomunicações prestados em anos anteriores.
- 1,6 milhões de dólares para a Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) a fim de liquidar dívidas relativas ao fornecimento de eletricidade, uso da internet, serviços de fornecimento de refeições e manutenção de veículos.
- 0,4 milhões de dólares para o Hospital Nacional Guido Valadares a fim de pagar custos de serviços públicos e de serviços prestados pela EDTL para garantir a adequação do sistema elétrico ao aparelho de TAC, de modo a permitir uma melhor prestação de cuidados de saúde.
- 0,3 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal a fim de cobrir o restante dos custos por pagar referentes às eleições nos sucos em 2016.
- 0,2 milhões de dólares para o Instituto Nacional de Administração Pública a fim de cobrir dívidas relacionadas com eletricidade e manutenção.

Tabela 2.3.3.3.1 Alocações orçamentais adicionais no Orçamento Retificativo de 2017 referentes a dívidas e obrigações (em milhões de dólares)

	Alocações orçamentais adicionais para obrigações
Total das obrigações	52,9
Hospital Nacional Guido Valadares	0,4
Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	37,6
Ministério da Saúde	5,1
Ministério da Administração Estatal	0,3
Instituto Nacional de Administração Pública	0,2
Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)	1,6
Todo o Governo	7,8

Fonte: Direção Nacional do Orçamento, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.4: Receitas e Investimento

2.4.1: Panorama das Receitas

A Tabela 2.4.1.1 mostra as previsões do Governo relativamente às receitas domésticas e petrolíferas. Prevê-se que o total das receitas aumente de forma significativa em 2017 comparativamente com 2016. Há dois fatores que contribuem para este aumento: Em primeiro lugar, as receitas petrolíferas ultrapassaram as estimativas devido a um preço do petróleo superior ao previsto. Em segundo lugar, os retornos dos investimentos ultrapassaram igualmente as estimativas devido a um retorno superior das ações. Contudo, parte destes ganhos pode ser perdida caso os mercados financeiros sofram uma quebra.

Tabela 2.4.1.1 Projeções de Receitas (em milhões de dólares)

	Concreto em 2016	Projeção para 2017
Total das Receitas	1.072,8	1.764,1
Receitas Domésticas	201,2	206,2
Receitas Petrolíferas	871,6	1.558,0

Fonte: Direção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.4.2: Receitas Domésticas

As receitas domésticas em Timor-Leste são compostas por receitas fiscais, taxas e pagamentos, juros, receitas de institutos autónomos e receitas fiscais provenientes da ZEESM. A Tabela 2.4.2.1 discrimina as receitas domésticas de acordo com estas categorias, mostrando os dados concretos para 2016 e os montantes projetados para 2017.

Para efeitos de consistência, o valor aqui apresentado para as receitas domésticas previstas é de 206,2 milhões de dólares¹, o que é idêntico ao valor contido no Orçamento de Estado inicial para 2017. Temos assim uma taxa de crescimento de 2,49% comparativamente com a cobrança concreta em 2016. Este aumento deve-se a dois fatores. Em primeiro lugar, as receitas fiscais aumentaram cerca de 4 milhões de dólares em resultado do crescimento económico continuado. Em segundo lugar, a melhoria da capacidade de cobrança de receitas conduziu a um aumento de cerca de 3,8 milhões na cobrança de Taxas e Pagamentos. Embora Timor-Leste continue a enfrentar vários desafios no que diz respeito a como aumentar as receitas domésticas, a contribuição da Comissão da Reforma Fiscal continua a apoiar a reforma da cobrança de receitas por via da otimização de procedimentos administrativos nas Linhas Ministeriais.

Tabela 2.4.2.1 Projeções das Receitas Domésticas (em milhões de dólares)

	Valores concretos em 2016	Projeções para 2017
Total das Receitas Domésticas	201,2	206,2
Total dos Impostos	145,5	149,3
Impostos (Governo Central)	141,4	145,7
Impostos (ZEESM)	4,1	3,6
Taxas e Pagamentos	46,1	50,0
Institutos Autónomos	8,8	6,1
Taxas e Pagamentos (ZEESM)	0,7	0,8
Juros	0,01	0,01

Fonte: Direção Nacional de Política Económica, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.4.3: Receitas Petrolíferas e o Fundo Petrolífero

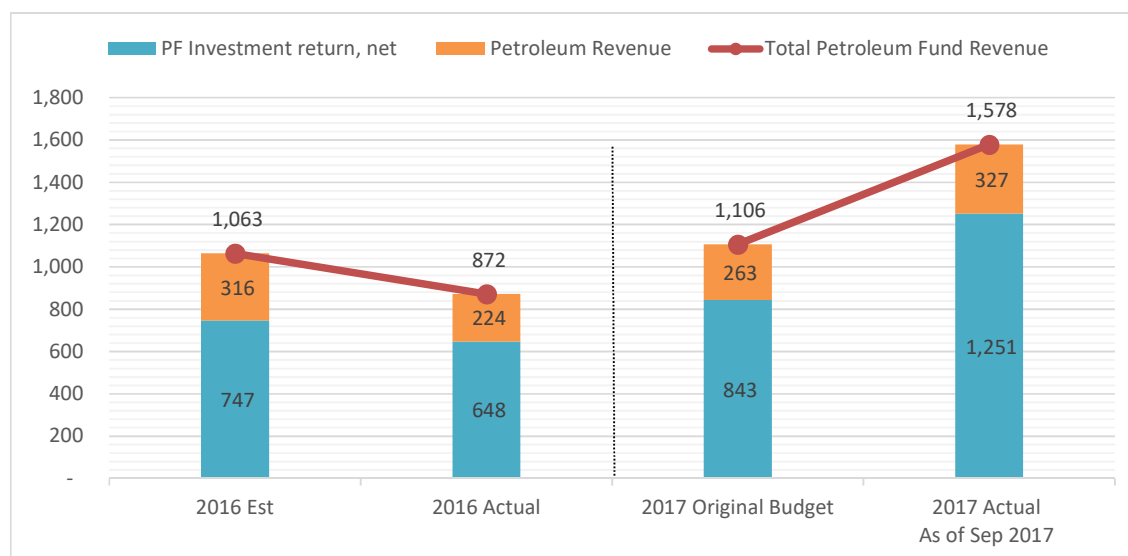
As receitas do Fundo Petrolífero continuam a ser a principal fonte de financiamento do Orçamento do Estado a cada ano. Estas receitas consistem nas Receitas Petrolíferas e nos rendimentos dos Investimentos.

As Receitas Petrolíferas são determinadas por três fatores principais: preço do petróleo, produção e custos. As projeções no Orçamento de Estado para 2017 assentaram no preço do Brent previsto pela AIE em julho de 2016. Embora o preço médio do petróleo em 2016 tenha

¹ Na realidade os dados concretos recolhidos para 2017 sugerem que os resultados finais a nível das receitas ficarão ligeiramente aquém (cerca de 201 milhões de dólares) do montante previsto. Isto deve-se a uma atividade governamental mais reduzida em 2017 comparativamente com 2016. O valor contido no Livro do Orçamento de Estado para 2017 foi utilizado para efeitos de consistência.

sido ligeiramente superior ao estimado o total das receitas petrolíferas em 2016 foi de 224 milhões de dólares, o que ficou aquém dos 316 milhões estimados.

Figura 2.4.3.1: Receitas do Fundo Petrolífero em 2016 e 2017 (em milhões de dólares)



Fonte: Banco Central de Timor-Leste e Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2017

As projeções no Orçamento de Estado para 2017 indicam um total de receitas petrolíferas de 263 milhões de dólares provenientes de petróleo e gás. Em setembro de 2017 as receitas provenientes da venda de petróleo e gás totalizavam já 327 milhões. Os preços do petróleo foram superiores ao previsto, com um valor médio até à data de cerca de 52 dólares por barril. Levando isto em conta, assim como desenvolvimentos futuros a nível e preços, custos e produção, temos que as receitas totais previstas para 2017 são revistas para 389 milhões. Esta é intencionalmente uma estimativa conservadora.

Os retornos dos investimentos em 2016 foram de 648 milhões de dólares, o que representa um retorno de 4,1 por cento. Os 40 por cento do Fundo alocados em ações obtiveram um retorno de 8,1 por cento, ao passo que os 60 por cento alocados em títulos geraram um retorno de 1,5 por cento. Isto vem uma vez mais sublinhar a importância das ações no crescimento do Fundo a longo prazo. Em setembro de 2017 o retorno do Fundo era de 8,02%, o que representa um valor de 1.251 milhões de dólares. As ações foram novamente o elemento determinante dos retornos. O retorno final de 2017 dependerá das movimentações dos mercados ao longo dos próximos meses. É importante compreender que uma eventual quebra nos mercados irá reduzir o retorno acumulado anual. Os retornos variam significativamente em horizontes a curto prazo, pelo que para investidores a longo prazo como o Fundo Petrolífero é melhor pensar em retornos em horizontes muito mais longos que um ano.

2.4.4: Saldo do Fundo Petrolífero, Riqueza Petrolífera e cálculo do RSE

O Saldo do Fundo Petrolífero depende das receitas petrolíferas, dos retornos dos investimentos e dos levantamentos por parte do Governo para financiar o orçamento. O saldo do Fundo e o valor atual líquido estimado das reservas comprovadas de petróleo e gás constituem a Riqueza Petrolífera do país. O RSE está estabelecido nos 3 por cento da Riqueza Petrolífera. De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser levantado do Fundo Petrolífero num determinado ano fiscal deixando um saldo suficiente no Fundo que permita o levantamento de um valor igual todos os anos, para sempre. Todavia o Governo pode fazer levantamentos acima dos 3 por cento do RSE caso explique que isso serve os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso esse levantamento excessivo seja aprovado pelo Parlamento Nacional.

O RSE só é atualizado formalmente uma vez por ano, como parte do processo orçamental principal. Por conseguinte o RSE de 481,6 milhões de dólares do Orçamento para 2017 é adotado novamente para o presente Orçamento Retificativo. A Tabela 2.4.4.1 mostra as estimativas de Riqueza Petrolífera e SER para 2016 e 2017.

Tabela 2.4.4.1: Riqueza Petrolífera e Rendimento Sustentável Estimado (RSE) (em milhões de dólares)

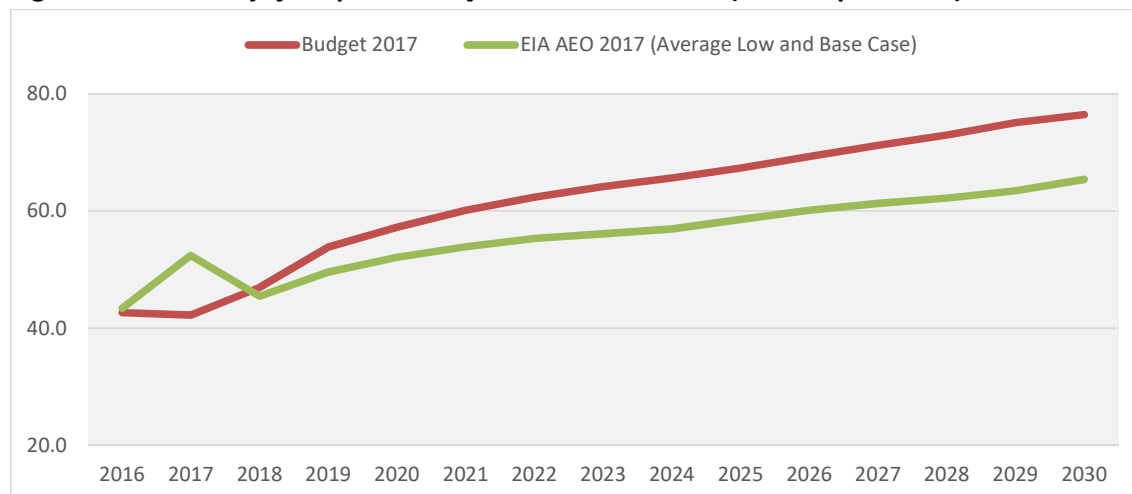
	Orçamento Retificativo de 2016	Orçamento Inicial para 2017
Saldo de Abertura do FP	16.605,2	15.606,6
Valor Atual Líquido das Receitas Futuras	1.554,4	448,0
Total da Riqueza Petrolífera (RP)	18.159,6	16.054,6
Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)	544,8	481,6

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2017

Os levantamentos sustentáveis para 2017 e anos futuros podem ser estimados novamente levando em conta o saldo concreto do Fundo e as novas informações disponíveis sobre receitas futuras do petróleo e do gás. O saldo do Fundo no início do ano (15.844,3 milhões de dólares) foi superior ao estimado no Orçamento para 2017 (15.606,6 milhões). Embora os valores recebidos a partir das Receitas Petrolíferas e Retornos dos Investimentos em 2016 tenham ficado aquém do previsto, esta diminuição foi compensada por levantamentos inferiores ao projetado. Tal como referido, as receitas previstas provenientes do petróleo e do gás em 2017 são superiores aos valores inicialmente orçamentados. Contudo os preços do petróleo em 2018 e nos anos seguintes foram revistos ligeiramente em baixa comparativamente às projeções utilizadas no Orçamento para 2017 (Figura 2.4.4.2). Os valores de produção são consideravelmente elevados dado que incorporam o programa de Perfuração de Preenchimento do campo Bayu Undan e que o operador disponibilizou apenas o cenário base este ano, ao passo que o Orçamento para 2017 utilizou o cenário baixo. O resultado geral é que o valor atual líquido das receitas petrolíferas futuras é de 1.758,6

milhões de dólares, comparativamente com 448,0 milhões no Orçamento para 2017. Com base nisto o RSE será revisto em alta, passando de 481,6 milhões de dólares para 528,1 milhões.

Figura 2.4.4.2 – Projeções para o Preço do Petróleo Brent (dólares por barril)



Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2017

O Orçamento Retificativo de 2017 propõe levantamentos no valor de 1.301,8 milhões de dólares. Este valor supera em 223 os levantamentos previstos no Orçamento inicial para 2017, que eram de 1.078,8 milhões. Até setembro foram transferidos 735 milhões para o Orçamento de Estado, com o Saldo do Fundo Petrolífero a situar-se nos 16,7 mil milhões. Incorporando as novas informações prevê-se que o Fundo termine o ano com 16,1 mil milhões de dólares (ver Tabela 2.4.4.3). Isto dependerá sobretudo dos retornos dos investimentos no último trimestre do ano.

Tabela 2.4.4.3 Saldo do Fundo Petrolífero em 2016 e 2017 (em milhões de dólares)

	Valores estimados para 2016	Valores concretos em 2016	Orçamento inicial para 2017	Valores estimados para 2017
Saldo de abertura do FP	16.217,6	16.217,6	15.606,6	15.844,3
Receitas Petrolíferas	316,6	223,9	263,4	388,7
Retorno dos Investimentos	747,0	647,7	842,9	1.169,3
RSE	(544,8)	(544,8)	(481,6)	(481,6)*
Levantamentos Excessivos	(1.129,7)	(700,0)	(597,2)	(820,2)
Saldo de encerramento do FP	15.606,7	15.844,3	15.634,1	16.100,5

*O RSE é indicado tal como consta do orçamento inicial para 2017.

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero, Ministério do Plano e Finanças, 2017

2.5: Financiamento

A Tabela 2.5.1 mostra as fontes de financiamento do Orçamento Retificativo de 2017. O Orçamento Retificativo requer 223,0 milhões de dólares adicionais relativamente ao

Orçamento inicial para 2017. Isto elevará o total de levantamentos excessivos a partir do Fundo Petrolífero para os 820,2 milhões, caso haja uma execução plena.

Tabela 2.5.1: Financiamento em 2017

	Orçamento inicial para 2017	Orçamento Retificativo de 2017
Financiamento Total	1.180,6	1.403,6
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	481,6	481,6
Levantamentos Excessivos a partir do FP	597,1	820,2
Uso do Saldo de Caixa	0,0	0,0
Empréstimos	101,8	101,8
Receitas Domésticas (não petrolíferas)	206,2	206,2

Fonte: Unidade de Administração do Fundo Petrolífero e Direção Nacional de Política Económica, Ministério do Plano e Finanças, 2017

Parte 3: Lei do Orçamento Geral de Estado Retificativo de 2017



VII Governo Constitucional

Proposta de Lei n.º /2017 de de

Primeira Alteração à Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro, que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2017

A presente Lei altera o Orçamento Geral do Estado para 2017, aprovada pela Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro, na parte relativa ao Anexo I das Tabelas I, II e III, permanecendo a Tabela IV inalterada.

É alterada a Tabela I do OGE na parte relativa ao total estimado das receitas, de janeiro a dezembro de 2017, proveniente de fonte petrolífera e permanecendo as receitas não petrolíferas (fiscais, não fiscais e provenientes de empréstimos). O total estimado de receitas é de \$1.866.000.000 (mil oitocentos e sessenta e seis milhões dólares).

A Tabela II altera as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. \$216.308.000 (duzentos e dezasseis milhões trezentos e oito mil dólares) para Salários e Vencimentos;
2. \$463.782.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões setecentos e oitenta e dois mil dólares) para Bens e Serviços;
3. \$421.380.000 (quatrocentos e vinte e um milhões trezentos e oitenta mil dólares) para Transferências Públicas;
4. \$12.597.000 (doze milhões quinhentos e noventa e sete mil dólares) para Capital Menor;
5. \$495.761.000 (quatrocentos e noventa e cinco milhões setecentos e sessenta e um dólares) para Capital de Desenvolvimento.

A Tabela III altera o total das despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiados através de dotação do OGE, permanecendo as despesas financiadas por empréstimo e as despesas para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-cusse Ambeno e Ataúro inalteradas. O total despesas dos serviços e fundos autónomos em 2017 incluindo empréstimo é de \$525.765.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões setecentos e sessenta e cinco mil dólares).

A presente alteração visa criar condições para a regularização de situações do passado, o pagamento por compromissos assumidos pela governação anterior e permitir a realização de despesas, absolutamente, indispensáveis à garantia da continuidade de serviços públicos essenciais à economia e aos cidadãos. Permite ainda efetuar ajustamentos na classificação orgânica das despesas, resultantes da alteração da estrutura orgânica, que, pela sua dimensão, requerem autorização do órgão legislativo.

O total estimado das despesas do OGE é de \$1.609.827.000 (mil seiscentos e nove milhões oitocentos e vinte e sete mil dólares).

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro, que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2017

As Tabelas I, II e III constantes do Anexo I à Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro são substituídas, respetivamente pelas Tabelas I, II e III anexas à presente lei.

Artigo 2.º

Republicação

A Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro, com a redação atualizada, é republicada, em anexo, que faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 8 de novembro de 2017.

O Primeiro-Ministro,

Dr. Mari Bim Amude Alkatiri

O Ministro do Plano e Finanças,

Rui Augusto Gomes

Tabela I

**Estimativa das Receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento de Estado para
2017(milhões de dolares norte-americanos)***

1.1 – Estimativa de Receitas

Tabela I – Estimativa de Receitas e Empréstimos

1.	Total das Receitas	1.866,0
1.1.	Receitas Petrolíferas	1.558,0
1.1.1.	Impostos sobre lucros petrolíferos	199,1
1.1.2.	Direitos do Mar de Timor	40,7
1.1.3.	Impostos sobre Rendimento	51,5
1.1.4.	Impostos sobre Lucros Adicionais	91,3
1.1.5.	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	6,1
1.1.6.	Juros do Fundo Petrolífero	1.169,3
1.2.	Receitas Não Petrolíferas	199,3
1.2.1.	Impostos Directos	65,0
1.2.2.	Impostos Indirectos	80,2
1.2.3.	Outras Receitas e Taxas	0,5
1.2.4.	Taxas e Encargos	50,0
1.2.5.	Juros da Conta do Tesouro	0,0
1.2.6.	Imposto da ZEESM	3,6
1.3	Doações	0,0
1.4	Receitas Próprias dos Fundos Autónomos	6,9
1.7	Empréstimo	101,8

*Valores arredondados

2.1 – Financiamento das Despesas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas proprias dos serviços e fundos autónomos	206,2
Transferências do Fundo petrolífero	1.301,8
Empréstimos	101,8
Total	1.609,8

*Valores arredondados

Tabela II
Dotações Orçamentais para 2017 (milhares de dólares norte-americanos)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total de Despesas do OGE Incluindo Empréstimos	216.308	463.782	421.380	12.597	495.761	1.609.827
Total de Despesas do OGE Excluindo Empréstimos	216.308	463.782	421.380	12.597	393.935	1.508.001
Total das Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira, dos Serviços e Fundos Autónomos e dos Órgãos sem Receitas Próprias	216.308	436.582	421.380	12.597	495.761	1.582.627
Total das Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira e dos Órgãos Autónomos sem Receitas Próprias	198.358	404.970	421.380	7.541	24.613	1.056.862
Total Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira	167.298	361.092	406.733	3.355	24.507	962.984
Total Despesas dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as despesas financiadas por empréstimos)	17.950	31.611	-	5.056	471.148	525.765
Total Despesas dos Órgãos com Autonomia Administrativa e Financeira sem Receitas Próprias	31.060	43.878	14.647	4.186	106	93.878
Total Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	27.200	-	-	-	27.200
Fundos de Desenvolvimento do Capital Humano - Nova Dotação	-	27.200	-	-	-	27.200
Fundos de Desenvolvimento do Capital Humano - Saldo Transitado	-	-	-	-	-	-
Total Instituições Extintas	520	3.136	540	6	-	4.202
Presidência da República	1.073	5.600	-	200	-	6.874
Gabinete da Presidente da República	-	250	-	-	-	250
Casa Civil	1.073	4.698	-	200	-	5.972
Casa Militar	-	652	-	-	-	652
Parlamento Nacional	5.116	7.934	930	3.620	96	17.696
Parlamento Nacional	3.347	2.844	-	2.925	-	9.115
Gabinete do Presidente do Parlamento	74	825	-	-	-	898
Bancadas Parlamentares	-	-	930	-	-	930
Gabinete do Secretário Geral do Parlamento	-	132	-	-	-	132
Comissão A	-	30	-	-	-	30
Comissão B	-	30	-	-	-	30
Comissão C	-	30	-	-	-	30
Comissão D	-	30	-	-	-	30
Comissão E	-	30	-	-	-	30
Comissão F	-	30	-	-	-	30

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão G	-	30	-	-	-	30
Conselho de Fiscalização Sistema Nacional Inteligência de Timor-Leste	-	100	-	-	-	100
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	445	-	116	-	561
Grupo Mulheres Parlamentar de Timor Leste	-	112	-	-	-	112
Direcção de Administração	1.696	2.794	-	230	96	4.815
Direcção de Apoio Parlamentar	-	235	-	83	-	318
Direcção de Pesquisa e Informação Técnica	-	115	-	142	-	257
Divisão de Tecnologia de Informação Comunicação	-	94	-	125	-	219
Divisão de Relações Internacionais.Protocolo e Segurança	-	29	-	-	-	29
Primeiro-Ministro	104	2.750	4.450	-	-	7.304
Gabinete de Apoio ao Primeiro-Ministro	104	2.334	-	-	-	2.438
Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	-	224	4.450	-	-	4.674
Apoio à Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	66	-	-	-	66
Unidade do Governo Eletrónico (e-government)	-	126	-	-	-	126
Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional	32	35	-	-	-	67
Gabinete de Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional	32	35	-	-	-	67
Ministro na Presidência do Conselho de Ministros Incluindo SECM e SECS	1.760	4.381	3.512	-	-	9.652
Ministro na Presidência do Conselho de Ministros Excluindo SECM e SECS	1.477	3.337	-	-	-	4.813
Gabinete do Ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros	85	188	-	-	-	273
Direcção Nacional de Administração e Finanças	1.077	686	-	-	-	1.762
Direcção Nacional dos Servicos de Tradução	66	103	-	-	-	169
Unidade de Apoio Jurídico	52	346	-	-	-	398
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	11	56	-	-	-	67
Gabinete do Diretor-Geral	17	6	-	-	-	23
Gabinete do Porta-Voz do Governo	-	251	-	-	-	251
Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor Justiça	-	749	-	-	-	749
Direcção Nacional de Recursos Humanos	58	24	-	-	-	82
Direcção Nacional de Aprovisionamento	48	2	-	-	-	50
Direcção Nacional de Logística e Património	53	918	-	-	-	971
Direcção Nacional de Informação e Tecnologia	11	8	-	-	-	19
Secretário de Estado do Conselho de Ministros e Comunicação Social	283	1.044	3.512	-	-	4.839
Gabinete do Secretário de Estado	76	256	-	-	-	331
Gráfica Nacional	102	482	-	-	-	583
Direcção de Disseminação de Informação	57	197	-	-	-	254

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Centro de Rádio Comunitárias	49	110	190	-	-	349
Apoio à RTTL. E.P.	-	-	3.322	-	-	3.322
Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Delimitação de Fronteiras	32	35	-	-	-	67
Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Delimitação de Fronteiras	32	35	-	-	-	67
Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Assuntos de Governação	32	35	-	-	-	67
Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para Assuntos de Governação	32	35	-	-	-	67
Secretário de Estado do Desporto e da Promoção da Alta Competição	468	1.173	3.699	-	-	5.340
Gabinete do Secretário de Estado	71	200	1.102	-	-	1.373
Direcção-Geral	69	-	-	-	-	69
Direcção Nacional de Administração e Finanças	132	833	-	-	-	965
Direcção Nacional do Desporto	69	14	2.290	-	-	2.373
Direcção Nacional de Estudos e Planeamento	38	67	194	-	-	299
Direcção Nacional de Comunicação e Novas Tecnologias	57	34	113	-	-	204
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	32	25	-	-	-	57
Secretário de Estado da Juventude e do Trabalho	1.636	2.585	5.167	-	42	9.430
Gabinete do Secretário de Estado	97	265	-	-	-	361
Inspeção Geral do Trabalho	309	198	-	-	-	507
Gabinete Direcção Geral de Gestão e Planeamento	25	70	-	-	-	95
Direcção Nacional de Administração e Finanças	100	651	-	-	-	751
Direcção Nacional do Aprovisionamento	30	35	-	-	42	107
Direcção Nacional de Informação do Mercado de Trabalho	44	39	-	-	-	83
Gabinete de Inspeção e Auditoria	27	35	-	-	-	62
Direcção Nacional da Política de Formação Profissional	84	71	500	-	-	655
Direcção Nacional da Política de Emprego	109	414	3.523	-	-	4.046
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	82	88	3	-	-	173
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho e ao Conselho de Arbitragem do Trabalho	41	35	-	-	-	76
Gabinete de Apoio Jurídico	14	56	-	-	-	70
Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	29	60	-	-	99
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	204	85	-	-	-	289
Labour Attache - Australia	108	107	-	-	-	215
Direcção Nacional de Recursos Humanos	44	49	30	-	-	122
Direcção Nacional de Planeamento Monitorização e Avaliação	42	35	-	-	-	77
Direcção Municipal de Baucau	13	24	-	-	-	37
Direcção Municipal de Bobonaro	24	22	-	-	-	46

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Municipal de Manufahi	15	21	-	-	-	36
Direcção Municipal de Covalima	15	20	-	-	-	35
Direcção Municipal de Viqueque	11	17	-	-	-	28
Direcção Municipal de Aileu	11	22	-	-	-	33
Direcção Municipal de Ainaro	12	18	-	-	-	30
Direcção Municipal de Ermera	13	19	-	-	-	32
Direcção Municipal de Lautém	11	15	-	-	-	26
Direcção Municipal de Liquiçá	10	16	-	-	-	26
Direcção Municipal de Manatuto	11	18	-	-	-	29
Direcção-Geral da Política de Formação Profissional e Emprego	20	88	-	-	-	108
Direcção Nacional da Juventude	51	20	895	-	-	966
Direcção Nacional de Arte Juvenil	50	7	156	-	-	213
Secretário de Estado da Igualdade do Género e Inclusão Social	321	1.053	146	-	-	1.520
Gabinete da Secretária de Estado	68	224	-	-	-	292
Direcção-Geral	46	76	-	-	-	122
Direcção Nacional da Administração, Logística e Finanças	100	658	-	-	-	758
Direcção Nacional de Abordagem Integrada do Género e da capacitação da Mulher	89	91	146	-	-	326
Gabinete de Inspeção e Auditoria	18	5	-	-	-	23
Secretário de Estado dos Veteranos	262	1.842	96.804	-	777	99.685
Gabinete do Secretário de Estado dos Veteranos	67	79	-	-	-	146
Direcção-Geral de Protecção Social e dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	49	68	-	-	-	117
Direcção Nacional dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	146	1.696	96.804	-	777	99.423
Ministro de Estado e da Saúde	22.015	11.411	13.469	501	-	47.397
Gabinete do Ministro de Estado e da Saúde	125	187	-	-	-	312
Gabinete do Vice-Ministro da Saúde	76	155	-	-	-	230
Inspeção Geral da Saúde	118	106	-	-	-	224
Direcção-Geral das Prestações em Saúde	46	104	-	-	-	149
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	16.342	2.111	6.012	-	-	24.465
Direcção Nacional do Planeamento e Gestão Financeira	168	518	-	13	-	699
Direcção Nacional de Saúde Pública	420	3.232	75	-	-	3.727
Direcção Nacional de Política e Cooperação	178	172	-	7	-	357
Direcção Nacional dos Serviços Hospitalares e Emergência	340	702	7.382	-	-	8.425
Hospital de Referência de Baucau	1.331	1.000	-	-	-	2.331
Hospital de Referência de Maliana	757	588	-	-	-	1.345

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Hospital de Referência de Maubisse	706	557	-	-	-	1.263
Hospital de Referência de Suai	692	600	-	-	-	1.292
Gabinete de Garantia da Qualidade na Saúde	92	76	-	-	-	168
Direção Nacional da Administração. Logística e Património	290	851	-	482	-	1.622
Direção Nacional de Aproveitamento	95	140	-	-	-	235
Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos	182	164	-	-	-	346
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Corporativos	58	149	-	-	-	207
Ministro de Estado e da Agricultura e Pescas	3.665	9.702	470	643	1.794	16.273
Gabinete do Mntro de Estado e da Agricultura e Pescas	112	79	-	-	-	191
Gabinete do Vice-Ministro da Agricultura e Pescas	107	64	-	-	-	171
Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura e Pescas	53	46	-	-	-	99
Direção Geral de Floresta, Café e Plantas Industriais	19	29	-	-	-	48
Direção Nacional da Conservação da Natureza	169	271	5	-	-	445
Direção Geral de Agricultura	23	30	-	-	-	53
Direção Nacional de Veterinária	88	355	-	-	-	443
Secretario Geral	40	27	-	-	-	67
Direção Nacional de Recursos Humanos	82	463	-	-	-	545
Direção Nacional de Aproveitamento	51	44	-	-	-	95
Direção Nacional de Agro-Comercio	81	231	-	-	-	312
Direção Nacional de Administração e Finanças	223	496	-	60	-	779
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	45	30	-	-	-	75
Direção Nacional de Pesquisa, Estatística e Informação Geográfica	301	528	-	-	-	829
Direção Nacional de Quarentena e Biosegurança	258	256	-	-	-	514
Direção Nacional de Formação Técnica Agrícola	481	434	-	-	-	914
Direção Nacional de Política, Planeamento, Monitorização e Assuntos Jurídicos	110	77	-	-	-	187
Direção Nacional de Agricultura, Horticultura e Extensão	301	2.356	365	561	-	3.583
Direção Nacional de Aquicultura	113	708	-	-	-	821
Direção Nacional de Segurança Alimentar e Cooperação	66	159	-	15	-	240
Direção Nacional de Florestas e Gestão de Bacias Hidrográficas	153	733	-	6	-	892
Direção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	187	388	-	-	1.794	2.369
Direção Nacional de Café e Plantas Industriais	102	817	-	-	-	919
Direção Nacional de Pecuária	177	683	100	-	-	960
Diretor-Geral de Pecuária e Veterinária	18	29	-	-	-	47
Diretor-Geral de Pescas	15	35	-	-	-	50

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Inspeccao das Pescas	89	90	-	-	-	179
Direcção Nacional das Pescas e Gestao de Recursos Pesqueiros	200	244	-	-	-	444
Ministro de Estado e dos Recursos Minerais	64	358	-	-	-	422
Gabinete do Ministro de Estado e dos Recursos Minerais	32	350	-	-	-	382
Diretor-Geral	32	8	-	-	-	40
Ministerio do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	6.707	110.813	-	1.200	21.138	139.858
Gabinete do Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	117	531	-	-	-	648
Gabinete do Vice-Ministro do Desenvolvimento para Obras Públicas	66	175	-	-	-	241
Gabinete do Vice-Ministro do Desenvolvimento para Transportes e Comunicações	66	165	-	-	-	231
Gabinete do Vice-Ministro do Desenvolvimento para Habitação, Ordenamento e Ambiente	24	25	-	-	-	49
Secretario Geral	710	2.795	-	-	6.448	9.953
Direcção Geral das Obras Públicas	775	3.842	-	-	-	4.617
Direcção - Geral da Eletricidade	2.602	93.040	-	1.200	-	96.842
Direcção Geral de Água e Saneamento	936	5.834	-	-	-	6.769
Direcção Geral dos Transportes e Comunicações	956	1.482	-	-	-	2.438
Direção-Geral do Ambiente	456	434	-	-	-	890
Agência de Desenvolvimento Nacional	-	2.490	-	-	14.690	17.180
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	13.186	9.998	-	-	-	23.184
Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	-	200	-	-	-	200
Gabinete do Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	-	51	-	-	-	51
Direção-Geral para os Assuntos da ASEAN	-	29	-	-	-	29
Secretario Geral	13.186	2.525	-	-	-	15.711
Direção-Geral para os Assuntos Consulares e Protocolares	-	3	-	-	-	3
Direção-Geral para os Assunto Bilaterais	-	327	-	-	-	327
Direção-Geral para os Assunto Multilaterais e Regionais	-	5	-	-	-	5
Agência de Coperação de Timor Leste	-	75	-	-	-	75
Missão Permanente em Nova Iorque	-	413	-	-	-	413
Embaixada - Lisboa	-	309	-	-	-	309
Embaixada - Jacarta	-	202	-	-	-	202
Consulado - Geral de Dempasar	-	123	-	-	-	123
Consulado - Kupang	-	93	-	-	-	93
Embaixada - Washington	-	422	-	-	-	422
Embaixada - Canberra	-	252	-	-	-	252

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Consulado – Geral de Sidney	-	200	-	-	-	200
Consulado - Darwin	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Kuala Lumpur	-	201	-	-	-	201
Embaixada - Bruxelas	-	334	-	-	-	334
Embaixada - Bangucoque	-	109	-	-	-	109
Embaixada - Tóquio	-	251	-	-	-	251
Embaixada - Pequim	-	212	-	-	-	212
Embaixada - Maputo	-	157	-	-	-	157
Embaixada - Havana	-	146	-	-	-	146
Embaixada - Manila	-	104	-	-	-	104
Missão Permanente em Genebra	-	306	-	-	-	306
Embaixada - Santa Sé	-	149	-	-	-	149
Embaixada - Brasília	-	219	-	-	-	219
Embaixada - Seul	-	244	-	-	-	244
Missão Permanente – CPLP/UNESCO	-	162	-	-	-	162
Embaxada – Pretório	-	115	-	-	-	115
Embaixada - Luanda	-	208	-	-	-	208
Embaixada Singapura	-	438	-	-	-	438
Embaixada - Hanói	-	134	-	-	-	134
Agente de Consular em Atambua	-	61	-	-	-	61
Embaixada - Londres	-	357	-	-	-	357
Embaixada - Wellington	-	213	-	-	-	213
Embaixada - Vienciana	-	109	-	-	-	109
Embaixada – Naypyidaw	-	128	-	-	-	128
Embaixada – Phnom Penh	-	120	-	-	-	120
Embaixada – Bandar Seri Begawan	-	116	-	-	-	116
Ministério da Administração Estatal	4.064	6.559	1.200	214	-	12.037
Gabinete do Ministro da Administração Estatal	-	210	-	-	-	210
Unidade de Aprovisionamento Descentralizado	-	23	-	-	-	23
Unidade de Apoio Jurídico e Assessoria Técnica	-	16	-	-	-	16
Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação	-	18	-	60	-	78
Gabinete do Coordenador das Relações com a Autoridade da RAE OA	-	19	-	-	-	19
Gabinete do Vice Ministro	-	621	-	-	-	621
Direcção Geral da Decentralização Administrativa	-	25	-	-	-	25
Direcção Nacional de Finanças Municipais	-	17	-	-	-	17

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional para a Modernização Administrativa	-	17	-	-	-	17
Inspeção-Geral da Administração Estatal	-	30	-	-	-	30
Direção-Geral de Serviços Corporativos	-	60	-	-	-	60
Secretariado Técnico do PNDS	-	800	400	-	-	1.200
Direção Nacional de Finanças e Patrimônio	4.064	3.748	-	154	-	7.966
Direção Nacional para o Desenvolvimento e Avaliação de Políticas Públicas	-	26	-	-	-	26
Direção Nacional de Recursos Humanos	-	18	-	-	-	18
Direção Nacional de Protocolo e Comunicação Social	-	22	-	-	-	22
Arquivo Nacional	-	125	-	-	-	125
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	-	200	-	-	-	200
Direção-Geral para a Organização Urbana	-	52	-	-	-	52
Direção Nacional para a Higiene e Ordem Pública	-	75	800	-	-	875
Direção Nacional de Toponímia	-	326	-	-	-	326
Direção Nacional para a Mobilidade Urbana	-	27	-	-	-	27
Direção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	-	28	-	-	-	28
Direção Nacional da Administração Local	-	29	-	-	-	29
Secretariado de Apoio à Instalação dos Municípios	-	27	-	-	-	27
Ministério do Plano e Finanças	4.533	15.282	-	-	-	19.815
Gabinete do Ministro e Vice-Ministra do Plano e Finanças	145	-	-	-	-	145
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	1.161	13.496	-	-	-	14.657
Direção-Geral do Finanças Estado	507	-	-	-	-	507
Direção-Geral do Tesouro	341	-	-	-	-	341
Direção-Geral de Impostos	592	-	-	-	-	592
Direção-Geral das Alfândegas	870	-	-	-	-	870
Direção-Geral de Estatística	578	-	-	-	-	578
Unidades Orgânicas do Ministério	339	-	-	-	-	339
Comissão Nacional de Aproveitamento	-	1.786	-	-	-	1.786
Dotações para todo o Governo	-	85.800	208.169	30	-	294.000
Fundos de Contrapartidas	-	9.400	-	-	-	9.400
Auditoria Externa	-	1.579	-	-	-	1.579
Reserva de Contingência	-	15.564	-	-	-	15.564
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	2.000	-	-	-	2.000
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	4.780	-	-	4.780
Serviços de Postos Integrados na Fronteira	-	1.300	-	-	-	1.300

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Provisão para g7+	-	-	2.250	-	-	2.250
Provisão para Serviços Legais	-	25.950	-	-	-	25.950
Provisão para Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	-	-	171.860	-	-	171.860
Provisão para Garantia Credito	-	-	4.000	-	-	4.000
Provisão para Eleições Nacional 2017	-	12.150	-	-	-	12.150
Provisão para o Apoio Conferecia Epescopal	-	-	6.474	-	-	6.474
Provisão para Melhoramento Infraestrutura rural 2017	-	750	-	-	-	750
Provisão para Fundo de Pensões do Regime Contributivo	-	-	11.000	-	-	11.000
Apoio às Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	-	400	-	-	-	400
Apoio Financeiro Internacional	-	-	1.500	-	-	1.500
Provisão para a Reforma Fiscal, Reforma da Gestão do Desempenho e Reforma do Desempenho Orçamental	-	3.150	-	-	-	3.150
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	5.000	-	-	5.000
Provisão para Parcerias Público-Privadas e Empréstimos	-	2.000	-	-	-	2.000
Provisão para Oficina de Manutenção de Veículos do Governo	-	957	-	30	-	987
Provisão para Governo Electrónico ITC	-	800	-	-	-	800
Provisão para Adesão à Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN	-	500	-	-	-	500
Provisão para pagamento de Empréstimos	-	-	1.305	-	-	1.305
Provisão para a Campanha de Sensibilização Internacional	-	1.500	-	-	-	1.500
Provisão para Pagamento do Timor Telecom	-	2.000	-	-	-	2.000
Provisão para Desalfandegamento Rápido	-	5.800	-	-	-	5.800
Ministério da Educação e Cultura	67.303	25.828	1.480	43	-	94.653
Gabinete do Ministro da Educação e Cultura	97	78	-	-	-	175
Gabinete do Vice-Ministro I	67	42	-	-	-	109
Gabinete do Vice-Ministro II	67	42	-	-	-	109
Instituto Nacional Ciências e Tecnologia	77	95	-	-	-	172
Gabinete do Inspetor-Geral	113	68	-	-	-	181
Gabinete Jurídico	47	25	-	-	-	72
Direcção-Geral de Administração e Finanças	27	15	-	-	-	42
Direcção-Geral do Ensino Superior, das Ciência e Tecnologia	89	15	-	-	-	104
Direcção Nacional de Finanças, Administração e Logística	335	7.198	1.082	-	-	8.614
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	14.493	226	-	-	-	14.719
Direcção Nacional de Aproveitamento	58	74	-	-	-	133
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	73	206	148	-	-	427

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	77	854	-	-	-	931
Gabinete de Coordenação do Apoio ao Estudante	621	431	-	-	-	1.052
Direcção Nacioanl de Acção Social Escolar	76	386	11	-	-	473
Serviço da Unidade do Currículo Nacional	135	3.284	-	-	-	3.419
Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar	1.330	60	-	-	-	1.391
Direcção Nacional do Ensino Básico	38.992	2.620	78	-	-	41.691
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	6.459	446	19	-	-	6.924
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	2.405	1.621	143	-	-	4.169
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	176	520	-	-	-	696
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	564	3.800	-	-	-	4.365
Direcção Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	65	15	-	-	-	80
Direcção Geral Ensino Secundário	65	19	-	-	-	84
Direcção Nacional da Media Educativa e Bibliotecas	94	99	-	-	-	193
Serviços do Centro de Impressão	48	835	-	-	-	883
Direcção-Geral da Política, Planeamento e Parcerias	43	17	-	-	-	61
Direcção Nacional de Infraestruturas Educativas	34	1.366	-	-	-	1.400
Direcção Nacional de Política, Planeamento, Monitorização e Avaliação	94	114	-	-	-	208
Direcção Nacional das Parcerias e Cooperação	63	24	-	-	-	87
Secretariado do FDCH	-	185	-	-	-	185
Direcção-Geral das Artes e da Cultura	118	250	-	-	-	368
Direcção Nacional de Bibliotecas	68	79	-	-	-	147
Direcção Nacional do Património Cultural	71	178	-	-	-	249
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	58	100	-	-	-	158
Direcção Nacional dos Museus	53	130	-	-	-	183
Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	-	153	-	-	-	153
Comissão Nacional dos Direitos da Criança	52	155	-	43	-	249
Ministério do Petróleo	236	1.222	15.600	-	-	17.058
Gabinete do Ministro do Petróleo	54	301	-	-	-	355
Gabinete de Inspesau Auditoria	18	7	-	-	-	25
Gabinete de Apoio Jurídico	18	7	-	-	-	25
Direcção Nacional de Administração e Finanças	77	628	15.600	-	-	16.305
Secretariado TL- EITI	5	268	-	-	-	273
Direcção Nacional Recursos Humanos	39	8	-	-	-	46

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Dirasaun Nacional Planeamento Monitorizasaun e Avaliasaun	26	3	-	-	-	28
Ministério da Justiça	4.367	16.154	-	2	475	20.998
Gabinete do Ministro da Justiça	80	40	-	-	-	120
Gabinete do Vice Ministro da Justiça	65	38	-	-	-	103
Direcção Geral	110	80	-	-	-	190
Gabinete de Inspeção e Auditoria	112	53	-	2	-	167
Direcção Nacional de Administração e Financas	256	10.691	-	-	-	10.947
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	125	35	-	-	-	160
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	131	30	-	-	-	161
Direção Nacional dos Registos e Notariado	799	2.972	-	-	-	3.771
Direção Nacional dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social	847	1.174	-	-	175	2.196
Centro de Formação Jurídica	181	44	-	-	-	225
Defensoria Pública	917	621	-	-	300	1.838
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	744	376	-	-	-	1.119
Ministério do Comércio e Indústria	1.505	6.936	-	4	-	8.445
Gabinete do Ministro e Vice Ministro do Comércio e Indústria	196	623	-	-	-	819
Gabinete Juridico e Auditoria	118	280	-	-	-	398
Direção-Geral de Administração e Finanças	369	4.177	-	4	-	4.550
Direcção Geral do Comércio	486	702	-	-	-	1.188
Direcção Geral da Industria e Cooperativas	336	524	-	-	-	860
Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado - TIA	-	630	-	-	-	630
Ministério da Defesa e Segurança Incluindo F-FDTL e PNTL	31.334	34.440	-	465	13	66.252
Ministério da Defesa e Segurança Excluindo F-FDTL e PNTL	6.662	9.426	-	465	-	16.553
Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança	43	953	-	-	-	996
Direcção-Geral	22	195	-	-	-	217
Gabinete de Inspeccao e Auditoria	110	78	-	-	-	188
Direcção Nacional de Administração e Finanças	230	782	-	-	-	1.012
Direção Nacional de Planeament, Estratégico e Política Internacional da Defesa	842	1.295	-	-	-	2.137
Direcção Nacional de Aproveitamento	138	1.969	-	-	-	2.107
Direção Nacional de Gestão do Património	114	374	-	-	-	488
Direcção Nacional de Recursos Humanos	102	121	-	-	-	223
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Corporativos	75	65	-	-	-	140
Direcção Nacional de Protecção Civil	1.221	468	-	-	-	1.689
Direção Nacional de Segurança do Património Público	2.423	1.908	-	-	-	4.331

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	127	197	-	-	-	324
Serviços de Migração	1.093	852	-	265	-	2.210
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Operacionais	33	24	-	-	-	57
Gabinete de Assessoria	37	24	-	-	-	61
Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	51	123	-	200	-	374
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	8.658	11.097	-	-	-	19.755
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	9.352	-	-	-	9.352
Quartel Geral das F-FDTL	8.658	1.745	-	-	-	10.403
Polícia Nacional de Timor-Leste	16.014	13.918	-	-	13	29.944
Direcção Nacional de Administração e Finanças	16.014	7.399	-	-	13	23.426
Unidade Especial da Polícia	-	2.262	-	-	-	2.262
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	1.149	-	-	-	1.149
Unidade Marítima	-	916	-	-	-	916
Comando Nacional de Operações	-	450	-	-	-	450
Centro da Formação da Polícia	-	620	-	-	-	620
Região I	-	413	-	-	-	413
Região II	-	318	-	-	-	318
Região III	-	315	-	-	-	315
Região Oe-cusse	-	75	-	-	-	75
Ministério da Solidariedade Social	1.526	4.960	52.028	46	-	58.560
Gabinete do Ministro da Solidariedade Social	82	304	50	-	-	436
Direção Nacional do Regime Contributivo de Segurança Social	65	292	4.229	-	-	4.586
Direção Nacional do Regime Não Contributivo de Segurança Social	101	341	34.666	-	-	35.108
Inspeção e Auditoria	35	101	-	-	-	136
Direcção Geral dos Serviços Corporativos	21	35	-	-	-	56
Unidade de Apoio Técnico	35	68	-	-	-	103
Unidade Tecnologia de Informação	18	219	-	-	-	237
Unidade de Comunicação Social e Protocolo	35	72	-	-	-	107
Direção Nacional do Plano, Finanças, Aprovisionamento e Logística	122	1.103	-	46	-	1.271
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	658	833	-	-	-	1.491
Direcção Nacional de Assistência Social	151	328	9.900	-	-	10.378
Direção Nacional do Desenvolvimento Social	109	418	2.000	-	-	2.527
Direção Nacional de Gestão de Riscos de Desastre	96	847	1.183	-	-	2.126
Ministério do Turismo	860	3.854	-	201	170	5.085

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Ministro do Turismo	119	409	-	-	-	528
Gabinete de Inspeccao e Auditoria Interna	43	34	-	-	-	77
Gabinete do Vice-Ministro do Turismo	88	110	-	-	-	198
Direcção Geral do Turismo	31	128	-	-	-	159
Direcção Regional de Turismo I (Município de Díli)	13	-	-	-	-	13
Direcção Regional de Turismo II (Município de Baucau)	16	-	-	-	-	16
Direcção Regional de Turismo III (Município de Ainaro)	18	-	-	-	-	18
Direcção Regional de Turismo IV (Município de Ermera)	17	-	-	-	-	17
Inspeccção Geral de Jogos	81	87	-	-	-	168
Direcção Nacional de Marketing do Turismo e Relações Internacionais	59	123	-	-	-	182
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	49	1.241	-	-	170	1.460
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	49	573	-	-	-	622
Gabinete da Direcção-Geral da Administração e Finanças	33	187	-	-	-	220
Direcção Nacional de Administracao dos Recurso Humanos	51	66	-	-	-	117
Direcção Nacional de Gestão Financeira	47	66	-	-	-	113
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	64	638	-	201	-	903
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	55	57	-	-	-	112
Centro de Convenções de Díli	27	135	-	-	-	162
Tribunais	2.454	1.899	-	-	-	4.353
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	2.082	1.380	-	-	-	3.462
Tribunais Distritais	341	512	-	-	-	853
Procuradoria Geral da República	2.373	1.500	-	245	10	4.128
Procuradoria-Geral da República	1.320	1.363	-	245	10	2.938
Procuradoria Distrital de Baucau	429	74	-	-	-	503
Procuradoria Distrital de Suai	341	40	-	-	-	381
Procuradoria Distrital de Oe-Cusse	283	23	-	-	-	306
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	768	750	-	-	98	1.616
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	768	635	-	-	98	1.501
Direções Direitos Humanos e Boa Governação	-	115	-	-	-	115
Comissão Anti Corrupção	784	606	-	50	-	1.440
Comissão Anti-Corrupção	784	606	-	50	-	1.440
Comissão da Função Pública	867	1.750	-	-	-	2.617
Comissão da Função Pública	867	1.750	-	-	-	2.617

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Universidade Nacional Timor Lorosae (Serviço e Fundo Autónomo com Receita Própria)	9.100	4.210	-	298	-	13.607
Universidade Nacional Timor Lorosae	9.100	4.210	-	298	-	13.607
Arquivo e Museu da Resistência Timorense (Serviço e Fundo Autónomo)	-	963	-	-	-	963
Arquivo e Museu da Resistencia Timorense	-	963	-	-	-	963
Conselho de Imprensa (Serviço e Fundo Autónomo)	243	400	-	258	-	901
Conselho de Imprensa	243	400	-	258	-	901
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (Serviço e Fundo Autónomo)	504	538	-	-	-	1.042
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	504	538	-	-	-	1.042
Agência Especializada de Investimento (Serviço e Fundo Autónomo)	-	1.250	-	-	-	1.250
Agência Especializada de Investimento	-	1.250	-	-	-	1.250
Serviço de Registo e Verificação Empresarial (Serviço e Fundo Autónomo)	-	700	-	-	-	700
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	700	-	-	-	700
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu (Serviço e Fundo Autónomo)	-	300	-	-	-	300
BAMBU	-	300	-	-	-	300
Centro de Formação SENAI (Serviço e Fundo Autónomo)	93	129	-	191	-	413
Centro de Formação SENAI	93	129	-	191	-	413
Polícia Científica de Investigação Criminal (Serviço e Fundo Autónomo)	1.083	432	-	384	-	1.898
Polícia Científica de Investigação Criminal	1.083	432	-	384	-	1.898
Hospital Nacional Guido Valadares (Serviço e Fundo Autónomo)	4.223	4.173	-	1.439	-	9.834
Hospital Nacional Guido Valadares	4.223	4.173	-	1.439	-	9.834
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos (Serviço e Fundo Autónomo)	263	5.325	-	500	-	6.089
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos	263	5.325	-	500	-	6.089
Laboratório Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	293	644	-	1.068	-	2.005
Laboratório Nacional	293	644	-	1.068	-	2.005
Centro Nacional de Reabilitação (Serviço e Fundo Autónomo)	27	664	-	-	-	691
Centro Nacional de Reabilitação	27	664	-	-	-	691
Instituto de Gestão de Equipamentos (Serviço e Fundo Autónomo)	1.042	1.850	-	-	-	2.892
Instituto de Gestão de Equipamentos	1.042	1.850	-	-	-	2.892
Administração dos Portos de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	498	3.202	-	502	-	4.202
Autoridade Portuária de Timor Leste	498	896	-	502	-	1.896
Operações do Berlin - Nakroma	-	2.306	-	-	-	2.306
Autoridade Reguladora das Comunicações (Serviço e Fundo Autónomo)	-	982	-	348	-	1.330
Autoridade Nacional de Comunicações	-	982	-	348	-	1.330
Instituto de Defesa Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	47	748	-	-	-	795

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto de Defesa Nacional	47	748	-	-	-	795
Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (Serviço e Fundo Autónomo)	26	150	-	-	-	176
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	26	150	-	-	-	176
Instituto Nacional da Saúde (Serviço e Fundo Autónomo)	248	240	-	18	-	506
Instituto de Ciências da Saúde	248	240	-	18	-	506
Centro de Logístico Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	99	2.928	-	-	-	3.027
Centro de Logístico Nacional	99	2.928	-	-	-	3.027
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica (Serviço e Fundo Autónomo)	115	282	-	20	-	417
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica	115	282	-	20	-	417
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar (Serviço e Fundo Autónomo)	-	353	-	31	-	384
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar	-	353	-	31	-	384
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	36	178	-	13	-	227
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	36	178	-	13	-	227
Autoridade Municipal de Baucau	1.578	1.305	999	-	-	3.881
Secretariado de Autoridade Municipal	640	146	938	-	-	1.723
Serviços Municipal de Saúde	193	108	-	-	-	301
Serviços Municipal de Educação	209	760	61	-	-	1.030
Serviços Municipal de Agricultura	404	138	-	-	-	542
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	55	24	-	-	-	79
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	64	70	-	-	-	134
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	9	4	-	-	-	12
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	50	-	-	-	55
Autoridade Municipal de Bobonaro	1.631	1.593	715	-	-	3.939
Secretariado de Autoridade Municipal	641	146	715	-	-	1.502
Serviços Municipal de Saúde	175	116	-	-	-	291
Serviços Municipal de Educação	319	1.046	0	-	-	1.365
Serviços Municipal de Agricultura	374	131	-	-	-	505
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	57	24	-	-	-	81
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	52	70	-	-	-	122
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	7	4	-	-	-	11
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	50	-	-	-	55

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Autoridade Municipal de Dili	2.037	3.257	1.274	-	-	6.568
Secretariado de Autoridade Municipal	1.278	1.293	1.008	-	-	3.579
Serviços Municipal de Saúde	124	215	-	-	-	339
Serviços Municipal de Educação	519	1.512	267	-	-	2.298
Serviços Municipal de Agricultura	80	51	-	-	-	131
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	39	-	-	-	39
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	70	-	-	-	70
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	8	4	-	-	-	12
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	28	67	-	-	-	95
Autoridade Municipal de Ermera	1.274	1.933	876	-	-	4.084
Secretariado de Autoridade Municipal	607	136	865	-	-	1.608
Serviços Municipal de Saúde	147	175	-	-	-	322
Serviços Municipal de Educação	215	1.301	11	-	-	1.527
Serviços Municipal de Agricultura	220	94	-	-	-	314
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	32	98	-	-	-	129
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	41	70	-	-	-	111
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	7	4	-	-	-	11
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	50	-	-	-	55
Administração Municipal de Aileu	1.012	929	489	-	-	2.430
Secretariado de Administração Municipal	476	125	468	-	-	1.069
Serviços Municipal de Saúde	96	134	-	-	-	230
Serviços Municipal de Educação	198	458	21	-	-	677
Serviços Municipal de Agricultura	163	68	-	-	-	231
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	33	26	-	-	-	59
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	35	70	-	-	-	105
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	6	4	-	-	-	9
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	39	-	-	-	45
Administração Municipal de Ainaro	1.201	1.218	381	-	-	2.799
Secretariado de Administração Municipal	474	123	381	-	-	977
Serviços Municipal de Saúde	178	138	-	-	-	316
Serviços Municipal de Educação	233	635	-	-	-	868

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Municipal de Agricultura	225	105	-	-	-	330
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	28	97	-	-	-	125
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	52	70	-	-	-	122
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	6	4	-	-	-	9
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	40	-	-	-	45
Administração Municipal de Covalima	1.577	1.243	499	-	-	3.319
Secretariado de Administração Municipal	641	158	481	-	-	1.280
Serviços Municipal de Saúde	200	106	-	-	-	306
Serviços Municipal de Educação	271	636	19	-	-	926
Serviços Municipal de Agricultura	367	125	-	-	-	492
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	29	99	-	-	-	128
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	57	70	-	-	-	128
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	7	4	-	-	-	10
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	40	-	-	-	45
Administração Municipal de Lautém	1.367	1.351	530	-	-	3.248
Secretariado de Administração Municipal	543	136	518	-	-	1.197
Serviços Municipal de Saúde	150	207	-	-	-	357
Serviços Municipal de Educação	220	741	12	-	-	973
Serviços Municipal de Agricultura	358	121	-	-	-	479
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	37	27	-	-	-	64
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	47	70	-	-	-	118
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	8	4	-	-	-	12
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	3	40	-	-	-	43
Administração Municipal de Liquiçá	1.053	1.095	425	-	-	2.573
Secretariado de Administração Municipal	403	115	401	-	-	919
Serviços Municipal de Saúde	160	129	-	-	-	289
Serviços Municipal de Educação	190	619	24	-	-	833
Serviços Municipal de Agricultura	214	85	-	-	-	299
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	36	27	-	-	-	62
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	40	70	-	-	-	110
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	8	4	-	-	-	12
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	2	40	-	-	-	42
Administração Municipal de Manufahi	1.301	1.115	456	-	-	2.872
Secretariado de Administração Municipal	490	131	456	-	-	1.077
Serviços Municipal de Saúde	152	174	-	-	-	326
Serviços Municipal de Educação	210	555	-	-	-	765
Serviços Municipal de Agricultura	333	112	-	-	-	445
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	57	24	-	-	-	81
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	46	70	-	-	-	116
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	5	4	-	-	-	8
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	8	40	-	-	-	47
Administração Municipal de Manatuto	1.272	1.087	409	-	-	2.768
Secretariado de Administração Municipal	591	144	395	-	-	1.130
Serviços Municipal de Saúde	109	210	-	-	-	319
Serviços Municipal de Educação	183	474	14	-	-	671
Serviços Municipal de Agricultura	286	112	-	-	-	399
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	40	27	-	-	-	67
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	49	70	-	-	-	119
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	7	4	-	-	-	11
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	7	41	-	-	-	48
Administração Municipal de Viqueque	1.345	1.473	663	-	-	3.482
Secretariado de Administração Municipal	557	137	657	-	-	1.350
Serviços Municipal de Saúde	121	219	-	-	-	340
Serviços Municipal de Educação	221	777	7	-	-	1.006
Serviços Municipal de Agricultura	370	121	-	-	-	491
Serviços Municipal de Obras Públicas e Transportes	25	99	-	-	-	124
Serviços Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	41	70	-	-	-	112
Serviços Municipal de Gestão Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviços Municipal de Registos, Notariado e Cadastrais	5	4	-	-	-	8
Serviços Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	42	-	-	-	47
Serviço Nacional de Inteligência (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	347	1.290	-	-	-	1.637
Serviço Nacional de Inteligência	347	1.290	-	-	-	1.637

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspecção-Geral do Estado (Órgão Autóno mo sem Receitas Próprias)	319	450	-	-	-	769
Gabinete da Inspecção-Geral	319	450	-	-	-	769
Instituto Nacional da Administração Pública (Órgão Autóno mo sem Receitas Próprias)	396	432	-	-	-	828
Instituto Nacional de Administração Pública	396	432	-	-	-	828
Comissão Nacional de Eleições	646	3.500	6.000	-	-	10.146
Comissão Nacional de Eleições	646	3.500	6.000	-	-	10.146
Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas (Órgão Autóno mo sem Receitas Próprias)	-	1.142	-	58	-	1.200
Gabinete das Fronteiras Marítimas	-	1.142	-	58	-	1.200
Fundo das Infraestruturas, incluindo as despesas financiadas por empréstimo (Fundo Autóno mo com Receitas Próprias)	46	1.150	-	-	471.148	472.344
Comissão de Administração do Fundo Infraestrutura - FI	46	1.150	-	-	369.322	370.518
Empréstimo	-	-	-	-	101.826	101.826
Instituições Extintas	520	3.136	540	6	-	4.202
Secretaria de Estado para os Assuntos Parlamentares	64	53	-	-	-	117
Gabinete da Secretária de Estado	64	53	-	-	-	117
Secretaria de Estado da Comunicação Social	49	244	-	-	-	293
Gabinete do Secretário de Estado	49	244	-	-	-	293
Ministro do Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais	134	398	540	-	-	1.072
Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais	134	398	540	-	-	1.072
Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos	75	984	-	6	-	1.065
Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos	75	984	-	6	-	1.065
Ministério Cordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça	64	282	-	-	-	347
Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça	64	282	-	-	-	347
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional	58	589	-	-	-	647
Gabinete do Secretário de Estado	58	589	-	-	-	647
Ministério da Administracao Estatal	-	62	-	-	-	62
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Estatal	-	62	-	-	-	62
Ministério Interior	63	251	-	-	-	314
Gabinete do Ministro	63	251	-	-	-	314
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	14	272	-	-	-	286
Gabinete do Ministro	14	272	-	-	-	286

TABELA III

Serviços e Fundos Autônomos (milhares de dólares norte-americanos)

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Arquivo e Museu da Resistência Timorense			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	963		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	963	-	963
Conselho de Imprensa			
Salários e Vencimentos	243		
Bens e Serviços	400		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	258		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	901	-	901
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial			
Salários e Vencimentos	504		
Bens e Serviços	538		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1.042	-	1.042
Agência Especializada de Investimento			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1.250		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1.250	4	1.246
Serviço de Registo e Verificação Empresarial			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	700		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	700	251	449
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	300		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	300	48	252
Centro de Formação SENAI			
Salários e Vencimentos	93		
Bens e Serviços	129		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	191		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	413	-	413
Polícia Científica de Investigação Criminal			
Salários e Vencimentos	1.083		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Bens e Serviços	432		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	384		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1.898	-	1.898
Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Acadêmica			
Salários e Vencimentos	26		
Bens e Serviços	150		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	176	-	176
Hospital Nacional Guido Valadares			
Salários e Vencimentos	4.223		
Bens e Serviços	4.173		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	1.439		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	9.834	175	9.659
Serviço Autônomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos			
Salários e Vencimentos	263		
Bens e Serviços	5.325		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	500		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	6.089	4	6.085
Laboratório Nacional			
Salários e Vencimentos	293		
Bens e Serviços	644		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	1.068		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	2.005	-	2.005
Instituto Nacional da Saúde			
Salários e Vencimentos	248		
Bens e Serviços	240		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	18		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	506	-	506
Centro Nacional de Reabilitação			
Salários e Vencimentos	27		
Bens e Serviços	664		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	691	-	691
Instituto de Gestão de Equipamentos			
Salários e Vencimentos	1.042		
Bens e Serviços	1.850		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	2.892	58	2.834
Administração dos Portos de Timor-Leste			

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Salários e Vencimentos	498		
Bens e Serviços	3.202		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	502		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	4.202	4.960	(758)
Autoridade Reguladora das Comunicações			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	982		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	348		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1.330	-	1.330
Instituto de Defesa Nacional			
Salários e Vencimentos	47		
Bens e Serviços	748		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	795	-	795
Universidade Nacional Timor Lorosa'e			
Salários e Vencimentos	9.100		
Bens e Serviços	2.950		
Transferências Públicas	1.260		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	298		
Total	13.607	657	12.951
Fundo das Infraestruturas			
Salários e Vencimentos	46		
Bens e Serviços	1.150		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	471.148		
Total	472.344	-	472.344
Centro de Logístico Nacional			
Salários e Vencimentos	99		
Bens e Serviços	2.928		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	3.027	-	3.027
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica			
Salários e Vencimentos	115		
Bens e Serviços	282		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	20		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	417	-	417
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	353		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	31		
Capital Desenvolvimento	-		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Total	384	-	384
Total Serviços e Fundos Autónomos	525.765	6.156	519.609

Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	Despesas	Receitas próprias	Dotação OGE
Total	171.860	769	171.091

Parte 4: Documentos de Apoio

4.1: Artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero

4.1.1: Solicitação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero



República Democrática de Timor-Leste
Ministério do Plano e Finanças
Gabinete do Ministro



No: 60 / VII/GM-MPF/ 2017-11

Dili, dia 9 de Novembro de 2017

Exmo. Sr. Dr Mari Alkatiri
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

Assunto : Requisitos Para a Transferência a Partir do Fundo Petrolífero

Vossa Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, alterada pela Lei n.º 12 /2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero.

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo mostra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais a partir de 2017, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2017:

Ano Fiscal	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2017	
	\$481,6 milhões	\$1.301,8 milhões
2018	493,5	468,2
2019	505,5	479,8
2020	518,7	492,2
2021	532,4	505,1
2022	546,5	518,5
2023	561,1	532,3
2024	576,2	546,6
2025	591,8	561,4
2026	608,0	576,9
2027	624,8	592,8

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da Lei supracitada, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação será apresentado ao Parlamento, uma vez que está disponível.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério do Plano e Finanças.



Com os melhores cumprimentos,

Rui A. Gomes
Ministro

4.1.2: Relatório Independente de Garantia ao Ministério das Finanças

Preparado para o Governo da República Democrática de
Timor-Leste pelo Ministério do Plano e Finanças



10th Floor. MoF Tower. Aitarak-Laran, Dili, Timor-Leste

Website - www.mof.gov.tl